



INSTITUTO FEDERAL

Brasília

Campus Planaltina

Curso Superior de Licenciatura em Biologia

ELIENE SANTOS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: percepção e
conscientização de estudantes do ensino médio

Planaltina – DF

2026

ELIENE SANTOS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: percepção e conscientização de estudantes do ensino médio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Licenciatura em Biologia do *Campus* Planaltina do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciada em Biologia.

Orientadora: Profa. Heloisa Alves F Sousa

Planaltina – DF

2026

RESUMO

A alimentação escolar constitui importante instrumento de promoção da saúde, segurança alimentar e formação cidadã no contexto educacional brasileiro. Nesse cenário, a integração entre Educação Alimentar e Nutricional e agricultura familiar fortalece hábitos alimentares saudáveis, sustentabilidade e valorização da produção agrícola local. O presente estudo analisou a percepção e o nível de conscientização de estudantes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Brasília Campus Planaltina acerca da alimentação escolar e da presença da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A pesquisa apresentou abordagem quali-quantitativa, caráter descritivo-exploratório e natureza intervencionista, com aplicação de questionários semiestruturados aos estudantes. Os dados foram organizados por meio de análise estatística descritiva e interpretação qualitativa fundamentada na análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que os estudantes associam a alimentação escolar à promoção da saúde, melhoria do desempenho físico e intelectual, prevenção de doenças e fortalecimento da economia local. Observou-se percepção positiva quanto à importância da agricultura familiar na oferta de alimentos frescos, saudáveis e socialmente sustentáveis. Também se identificou reconhecimento do papel da escola na construção de hábitos alimentares conscientes e na ampliação da reflexão crítica sobre sustentabilidade e consumo alimentar. Entretanto, parte dos participantes apresentou conhecimento limitado sobre o funcionamento do PNAE e apontou necessidade de melhorias na variedade e composição nutricional da alimentação ofertada. Conclui-se que a articulação entre alimentação escolar, Educação Alimentar e Nutricional e agricultura familiar contribui significativamente para promoção da saúde, sustentabilidade e formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: alimentação escolar; agricultura familiar; educação alimentar; sustentabilidade; segurança alimentar.

ABSTRACT

School meals constitute an important instrument for health promotion, food security, and citizenship education within the Brazilian educational context. In this scenario, the integration between Food and Nutrition Education and family farming strengthens healthy eating habits, sustainability, and the appreciation of local agricultural production. The present study analyzed the perception and level of awareness of Integrated High School students from the Federal Institute of Brasília, Planaltina Campus, regarding school meals and the presence of family farming within the National School Feeding Program (PNAE). The research adopted a qualitative-quantitative approach, with a descriptive-exploratory and interventionist nature, through the application of semi-structured questionnaires to students. Data were organized using descriptive statistical analysis and qualitative interpretation based on content analysis. The results demonstrated that students associate school meals with health promotion, improvement of physical and intellectual performance, disease prevention, and strengthening of the local economy. A positive perception was observed regarding the importance of family farming in supplying fresh, healthy, and socially sustainable foods. The study also identified recognition of the school's role in developing conscious eating habits and fostering critical reflection on sustainability and food consumption. However, part of the participants showed limited knowledge about the operation of the National School Feeding Program and highlighted the need for improvements in the variety and nutritional composition of the meals offered. It was concluded that the articulation between school meals, Food and Nutrition Education, and family farming significantly contributes to health promotion, sustainability, and the critical education of students.

Keywords: school feeding; family farming; food education; sustainability; food security.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	OBJETIVOS	8
2.1.	OBJETIVO GERAL	8
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
3.	REVISÃO DE LITERATURA.....	9
3.1.	Políticas Públicas de Alimentação Escolar no Brasil	9
3.2.	Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local	11
3.3.	Educação Alimentar e Nutricional no Contexto Escolar	12
3.4.	Consciência Crítica e Consumo Alimentar	14
4.	MATERIAIS E MÉTODOS	15
4.1	Tipo de pesquisa.....	15
4.2	Público-alvo	16
4.3	Preparo do material para a investigação do conhecimento sobre educação alimentar e presença da Agricultura Familiar	16
4.4	Aplicação do Questionário de Investigação.....	17
4.5	Avaliação e Análise dos questionários.....	17
4.6	Análise dos dados e discussão.....	18
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5.1.	Perfil dos participantes	20
5.2.	Conhecimento sobre agricultura familiar e PNAE	22
5.3.	Educação alimentar e formação crítica	24
5.4.	Dimensão nutricional e percepção sobre alimentação saudável	25
5.5.	Percepção sobre a alimentação escolar	27
5.6.	Sustentabilidade e meio ambiente	29
5.7.	Dimensão social, econômica e cultural da alimentação	31
6.	CONCLUSÃO.....	35
7.	DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	36
8.	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..	39
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – Educação Alimentar e Agricultura Familiar na Alimentação Escolar.....	41
	ANEXO I – ATA DE DEFESA ASSINADA.....	43

1. INTRODUÇÃO

A alimentação escolar ocupa posição estratégica no contexto das políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da saúde, à permanência estudantil e à garantia do Direito Humano à alimentação adequada. Muito além do fornecimento de refeições, o ambiente alimentar escolar passou a representar espaço de formação cidadã, construção de hábitos saudáveis e fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consolidou-se como uma das principais políticas estruturantes da educação pública brasileira ao integrar alimentação, saúde, desenvolvimento social e qualidade de vida estudantil (Portal; Vieira; Canto, 2024).

A trajetória histórica do PNAE demonstra importante transformação conceitual. Inicialmente associado a práticas assistencialistas e compensatórias, o programa passou a incorporar princípios relacionados à sustentabilidade, à cidadania alimentar e ao desenvolvimento territorial. A promulgação da Lei nº 11.947/2009 representou marco decisivo nesse processo ao estabelecer que parte dos recursos destinados à alimentação escolar deveria ser direcionada à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Essa mudança ampliou o alcance social do programa e fortaleceu a articulação entre educação, agricultura, saúde pública e desenvolvimento econômico regional (BrasiL, 2009).

A inserção da agricultura familiar na alimentação escolar não se limita à dimensão econômica da comercialização agrícola. Trata-se de uma política que fortalece vínculos comunitários, valoriza práticas produtivas locais e amplia o acesso dos estudantes a alimentos frescos, diversificados e culturalmente representativos. Ao aproximar produtores rurais das instituições educacionais, o PNAE contribui para construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e socialmente comprometidos, favorecendo tanto a soberania alimentar quanto a valorização das identidades culturais regionais (Triches; Gerhardt; Schneider, 2014).

Nesse contexto, a alimentação escolar assume caráter pedagógico e interdisciplinar. A escola deixa de atuar apenas como espaço de distribuição de refeições e passa a exercer função educativa relacionada à formação crítica dos estudantes acerca das práticas alimentares contemporâneas. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) permite problematizar temas relacionados à saúde pública, sustentabilidade ambiental, consumo consciente, industrialização dos alimentos e impactos sociais dos sistemas produtivos. Assim, a alimentação passa a ser compreendida como fenômeno biológico, cultural, econômico e ambiental, diretamente relacionado à qualidade de vida e à formação cidadã (Scarparo; Marques; Del Pino, 2016).

A relevância dessas discussões torna-se ainda mais evidente diante das transformações alimentares observadas nas últimas décadas. O crescimento do consumo de alimentos

ultraprocessados, associado ao aumento dos índices de obesidade, insegurança alimentar e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), revela profundas alterações nos padrões alimentares da população brasileira. Paralelamente, intensificam-se problemas relacionados à perda da cultura alimentar tradicional, à padronização do consumo e ao distanciamento entre produção e alimentação cotidiana (Rede Penssan, 2022).

Diante desse cenário, a Educação Alimentar e Nutricional adquire dimensão transformadora ao estimular reflexão crítica sobre a origem dos alimentos, os impactos ambientais dos modelos agrícolas e as relações entre alimentação, saúde e sustentabilidade. Mais do que transmitir informações nutricionais, a EAN favorece a construção de autonomia intelectual e consciência social, permitindo que os estudantes desenvolvam posicionamentos mais responsáveis diante das escolhas alimentares e dos desafios socioambientais contemporâneos (Soares et al., 2013).

Entretanto, apesar dos avanços institucionais promovidos pelo PNAE, persistem obstáculos que limitam a efetivação plena da política pública. Estudos recentes evidenciam dificuldades relacionadas à logística de distribuição, burocracia administrativa, insuficiência de assistência técnica, limitações produtivas e fragilidades no planejamento das chamadas públicas voltadas à agricultura familiar. Além disso, muitas instituições ainda apresentam dificuldades na construção de relações permanentes entre gestores escolares, nutricionistas e produtores locais, comprometendo parte do potencial transformador da política pública (Gomes; Bezerra, 2019; Portal; Vieira; Canto, 2024).

Nas Instituições Federais de Ensino, essa discussão assume relevância ainda maior devido à proposta de formação integral presente na Educação Profissional e Tecnológica. A permanência prolongada dos estudantes no ambiente acadêmico amplia a importância da alimentação escolar tanto no aspecto nutricional quanto no processo de aprendizagem, desenvolvimento físico, rendimento intelectual e bem-estar coletivo. Nesse sentido, compreender a percepção dos estudantes acerca da alimentação escolar e da agricultura familiar torna-se fundamental para identificação de potencialidades, fragilidades e possibilidades de fortalecimento das práticas educativas institucionais (Costa, 2015).

O Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina apresenta características particularmente relevantes para esse debate, devido à sua forte relação com as áreas agropecuária, ambiental e tecnológica. A identidade institucional vinculada ao desenvolvimento rural sustentável favorece a construção de ações pedagógicas interdisciplinares voltadas à promoção da saúde, sustentabilidade, cidadania e valorização da produção agrícola regional (Almeida et al., 2025).

No âmbito da licenciatura em biologia, a temática adquire importância científica e formativa significativa. O professor de biologia atua diretamente na mediação de conhecimentos relacionados à saúde, ecologia, microbiologia, sustentabilidade e qualidade de vida. Dessa maneira, compreender

as relações entre alimentação, sistemas produtivos, políticas públicas e segurança alimentar torna-se elemento essencial para formação de profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos com os desafios contemporâneos da educação e da saúde pública (Cecane, 2017).

Além disso, a alimentação escolar constitui temática interdisciplinar capaz de integrar conteúdos relacionados à fisiologia humana, educação em saúde, agroecologia, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável. A discussão sobre alimentação saudável no ambiente escolar favorece a formação de sujeitos mais conscientes acerca dos impactos sociais e ambientais das práticas de consumo, fortalecendo valores relacionados à cidadania, sustentabilidade e responsabilidade coletiva (Triches et al., 2019).

Dessa forma, a pesquisa apresenta relevância científica, educacional e social ao investigar a percepção e o nível de conscientização de estudantes do Ensino Médio do IFB Campus Planaltina acerca da Educação Alimentar e Nutricional e da presença da agricultura familiar na alimentação escolar. A investigação contribui para ampliação das discussões relacionadas à segurança alimentar, sustentabilidade e formação cidadã, além de subsidiar práticas pedagógicas e ações institucionais voltadas ao fortalecimento da alimentação escolar como instrumento de promoção da saúde e transformação social.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção e o nível de conscientização de estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina acerca da Educação Alimentar e Nutricional e da presença da agricultura familiar na alimentação escolar, considerando suas dimensões nutricionais, sociais, ambientais, educativas e sustentáveis no contexto da formação cidadã e da Educação Profissional e Tecnológica.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar o conhecimento dos estudantes sobre o conceito de agricultura familiar e sua participação na alimentação escolar ofertada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando aspectos relacionados à produção de alimentos saudáveis e ao fortalecimento da economia local.
- Avaliar a percepção dos estudantes acerca da qualidade nutricional da alimentação escolar, especialmente quanto à presença de alimentos frescos, hábitos alimentares saudáveis, prevenção de doenças e influência da alimentação no desempenho físico e intelectual.

- Analisar o nível de conscientização dos estudantes sobre a relação entre agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e preservação dos recursos naturais, considerando a importância da produção local e dos critérios ambientais na alimentação escolar.
- Identificar a percepção dos estudantes sobre o papel da escola e das ações de Educação Alimentar e Nutricional na promoção de escolhas alimentares mais conscientes, saudáveis e socialmente responsáveis.
- Verificar de que forma a integração entre alimentação escolar e agricultura familiar contribui para o fortalecimento da dimensão social, econômica e cultural da comunidade escolar, especialmente no incentivo aos pequenos produtores e na valorização da cultura alimentar regional.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Políticas Públicas de Alimentação Escolar no Brasil

A alimentação escolar brasileira consolidou-se como uma das importantes estratégias públicas de garantia do direito humano à alimentação adequada e de enfrentamento das desigualdades sociais no ambiente educacional. Nesse percurso histórico, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ultrapassou a função inicial de caráter assistencial e passou a assumir papel estruturante na promoção da saúde, na permanência estudantil e na formação cidadã. A evolução do programa evidencia uma mudança significativa na compreensão da alimentação escolar, que deixou de ser entendida apenas como fornecimento de refeições e passou a integrar dimensões relacionadas à dignidade humana, à valorização cultural e à sustentabilidade dos sistemas alimentares brasileiros (Peixinho, 2013; Thies et al., 2020).

A promulgação da Lei nº 11.947/2009 representou importante avanço na consolidação das políticas públicas alimentares no Brasil ao ampliar a abrangência social e educativa do PNAE. A legislação fortaleceu a Educação Alimentar e Nutricional no cotidiano escolar e instituiu a obrigatoriedade da destinação mínima de 30% dos recursos financeiros do programa para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Essa medida promoveu aproximação entre educação, saúde, agricultura e desenvolvimento regional, atribuindo à alimentação escolar função estratégica na construção de sistemas alimentares mais inclusivos, territorializados e socialmente sustentáveis (Brasil, 2009; Assis; França; Coelho, 2019).

Nesse contexto, o PNAE passou a ocupar posição de destaque internacional ao articular políticas de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar de maneira integrada. O

incentivo à compra institucional de alimentos regionais favoreceu a criação de circuitos curtos de comercialização, ampliou a inserção de pequenos produtores nos mercados públicos e fortaleceu economias locais historicamente fragilizadas. Além do impacto econômico, a política contribuiu para valorização dos saberes tradicionais, preservação da cultura alimentar regional e ampliação do acesso dos estudantes a alimentos frescos e minimamente processados (Thies et al., 2020).

A discussão sobre segurança alimentar e nutricional, nesse cenário, exige compreensão ampliada acerca do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, produzidos de forma ética, sustentável e socialmente justa. Tal perspectiva rompe com interpretações restritas ao aspecto biológico da alimentação e incorpora dimensões relacionadas à equidade social, à cidadania e à preservação ambiental. A escola assume, portanto, papel central nesse processo ao constituir espaço privilegiado de formação crítica, promoção da saúde e desenvolvimento de hábitos alimentares conscientes entre crianças e adolescentes (Brasil, 2006; Silva; Senra; Cordeiro, 2025).

Paralelamente, o conceito de soberania alimentar fortalece o entendimento de que os povos devem possuir autonomia sobre seus modos de produzir, distribuir e consumir alimentos. Sob essa perspectiva, a valorização da agricultura familiar e da produção regional transcende a dimensão econômica e passa a representar estratégia de preservação da identidade cultural alimentar e fortalecimento dos territórios rurais. A alimentação escolar, nesse sentido, assume caráter político, educativo e social ao integrar saúde pública, desenvolvimento territorial e sustentabilidade ambiental em uma mesma política pública (Portal; Vieira; Canto, 2024).

As compras públicas sustentáveis realizadas por meio do PNAE também exercem impacto expressivo sobre o desenvolvimento regional. Ao direcionar recursos financeiros para agricultores locais, o programa amplia oportunidades de geração de renda, fortalece a permanência das famílias no campo e dinamiza economias municipais. Além disso, a redução das cadeias logísticas favorece menor impacto ambiental e estimula práticas agrícolas mais diversificadas e sustentáveis, especialmente aquelas associadas à agroecologia e à produção de base familiar (Thies et al., 2020).

Embora os avanços institucionais sejam significativos, persistem limitações que dificultam a plena efetivação da política pública em diferentes regiões brasileiras. Existem entraves relacionados à burocracia dos processos de aquisição, fragilidades no planejamento administrativo, dificuldades logísticas e insuficiência de suporte técnico aos agricultores familiares. Esses fatores comprometem a regularidade das compras institucionais e reduzem o potencial transformador do PNAE enquanto instrumento de promoção da segurança alimentar, sustentabilidade e desenvolvimento local. Essa realidade demonstra a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais e da ampliação de mecanismos públicos capazes de consolidar a alimentação escolar como política estratégica de justiça social e desenvolvimento sustentável (Assis; França; Coelho, 2019; Santos et al., 2023).

3.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local

A agricultura familiar possui papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Além de responder por parcela significativa do abastecimento alimentar interno, esse segmento produtivo apresenta relevante contribuição para geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento das economias regionais. Sua importância ultrapassa a dimensão econômica, alcançando aspectos sociais, culturais e ambientais relacionados à preservação dos territórios rurais e à sustentabilidade dos sistemas produtivos (Simon, 2014).

Historicamente, a agricultura familiar enfrentou dificuldades de inserção nos mercados convencionais devido à forte concentração econômica e à predominância de cadeias agroindustriais altamente competitivas. Nesse cenário, a criação dos mercados institucionais representou importante avanço para ampliação das oportunidades de comercialização dos pequenos produtores rurais. Programas como o PAA e o PNAE passaram a desempenhar papel estratégico na valorização da produção familiar e na construção de novas formas de inserção econômica para os agricultores familiares (Assis; França; Coelho, 2019).

A obrigatoriedade da aquisição mínima de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar fortaleceu os chamados circuitos curtos de comercialização, aproximando produtores e consumidores e promovendo valorização dos alimentos regionais. Esse processo favoreceu maior integração entre produção agrícola local e políticas públicas de alimentação, criando oportunidades para fortalecimento das economias municipais e regionais (Thies et al., 2020).

Os impactos positivos dessa política pública estendem-se para além da geração de renda. A compra institucional da agricultura familiar contribui para diversificação produtiva, fortalecimento das cooperativas e associações rurais, valorização dos saberes tradicionais e estímulo à produção de alimentos frescos e minimamente processados. Além disso, promove maior estabilidade econômica para os agricultores familiares ao garantir mercado consumidor regular por meio das compras governamentais (Assis; França; Coelho, 2019).

Outro aspecto relevante refere-se à sustentabilidade ambiental. O incentivo à produção local reduz impactos relacionados ao transporte de alimentos, fortalece sistemas produtivos territorializados e favorece práticas agrícolas mais sustentáveis. A valorização de alimentos regionais e da produção agroecológica contribui para preservação da biodiversidade, fortalecimento da soberania alimentar e promoção de sistemas alimentares mais equilibrados ambientalmente (Thies et al., 2020).

Entretanto, a operacionalização da política ainda enfrenta desafios significativos. Problemas relacionados à burocracia, logística de entrega, organização produtiva, assistência técnica insuficiente

e dificuldades de planejamento comprometem a efetivação das compras institucionais em diversos municípios brasileiros. Além disso, muitos agricultores familiares apresentam limitações estruturais para atender às exigências legais e administrativas dos editais públicos, dificultando sua participação nos programas governamentais (Assis; França; Coelho, 2019).

Nesse contexto, torna-se indispensável fortalecer a articulação entre gestores públicos, instituições de assistência técnica, cooperativas, nutricionistas e organizações da agricultura familiar. O desenvolvimento local sustentável depende da construção coletiva de estratégias capazes de integrar produção, alimentação, educação e políticas públicas de maneira participativa e territorializada. Assim, a agricultura familiar consolida-se como elemento essencial para promoção da segurança alimentar, redução das desigualdades sociais e fortalecimento das economias locais (Thies et al., 2020).

3.3. Educação Alimentar e Nutricional no Contexto Escolar

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) consolidou-se como importante instrumento de promoção da saúde, formação cidadã e desenvolvimento da consciência crítica no contexto escolar. Sua finalidade não se restringe à orientação sobre nutrientes ou à prescrição de hábitos alimentares considerados adequados. A EAN propõe reflexão ampla acerca das relações entre alimentação, sociedade, cultura, meio ambiente, economia e qualidade de vida, permitindo que os estudantes compreendam o ato de alimentar-se como prática humana complexa, atravessada por fatores históricos, sociais e políticos. Sob essa perspectiva, a construção da autonomia alimentar torna-se elemento central do processo educativo, pois favorece escolhas mais conscientes, éticas e socialmente responsáveis (Brasil, 2012).

No cenário das políticas públicas brasileiras, a EAN adquiriu maior relevância com a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, especialmente após a promulgação da Lei nº 11.947/2009. A legislação ampliou a compreensão da alimentação escolar ao reconhecer seu potencial pedagógico e formativo, fortalecendo a escola como espaço estratégico para promoção da saúde e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A alimentação passou, então, a integrar o projeto educativo institucional, articulando práticas pedagógicas, segurança alimentar e formação integral dos estudantes (Brasil, 2009).

A adolescência constitui etapa marcada por profundas transformações biológicas, emocionais e sociais, capazes de influenciar diretamente o comportamento alimentar. Nesse período, os jovens tornam-se mais vulneráveis às pressões exercidas pelos padrões contemporâneos de consumo, pelas mídias digitais e pelas estratégias publicitárias da indústria alimentícia. O crescimento expressivo do consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes revela não apenas mudanças nos hábitos

alimentares, mas também o fortalecimento de modelos de consumo associados à praticidade, ao imediatismo e à padronização alimentar. Tal cenário evidencia a urgência de práticas educativas capazes de estimular análise crítica sobre os impactos da alimentação na saúde individual, coletiva e ambiental (Silva; Senra; Cordeiro, 2025).

Nesse contexto, a escola exerce influência decisiva na formação dos hábitos alimentares, pois representa ambiente de convivência, socialização e construção de valores. A Educação Alimentar e Nutricional torna-se mais efetiva quando integrada ao cotidiano escolar de maneira interdisciplinar, contextualizada e participativa, aproximando os conteúdos científicos da realidade vivenciada pelos estudantes. A relação entre teoria e prática favorece compreensão mais consistente acerca das consequências das escolhas alimentares, permitindo que os estudantes reconheçam os vínculos existentes entre alimentação, saúde pública, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida (Teo; Triches, 2016).

A interdisciplinaridade constitui fundamento essencial para consolidação da EAN nas instituições de ensino. A alimentação apresenta caráter transversal e possibilita articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como Biologia, Ciências Humanas, Educação Ambiental e Saúde Pública. Essa integração amplia a compreensão dos estudantes sobre os sistemas alimentares contemporâneos e fortalece o desenvolvimento de práticas alimentares mais conscientes, sustentáveis e socialmente comprometidas. Dessa forma, a alimentação deixa de ocupar posição periférica no currículo escolar e passa a constituir temática formativa capaz de estimular pensamento crítico e responsabilidade social (Brasil, 2012).

Além das práticas pedagógicas, o próprio ambiente alimentar escolar influencia diretamente as escolhas e percepções dos estudantes. A oferta de refeições equilibradas, diversificadas e culturalmente adequadas contribui para valorização de hábitos saudáveis e fortalecimento da identidade alimentar regional. O contato com alimentos oriundos da agricultura familiar também favorece maior aproximação dos estudantes com os processos de produção de alimentos, com a sustentabilidade dos sistemas produtivos e com a importância do desenvolvimento local. Assim, a alimentação escolar assume dimensão educativa concreta ao conectar saúde, território, cultura e sustentabilidade no cotidiano escolar (Thies et al., 2020).

Entretanto, apesar dos avanços normativos e institucionais, a efetivação da Educação Alimentar e Nutricional ainda enfrenta desafios significativos nas instituições de ensino. Persistem limitações relacionadas à infraestrutura escolar, à formação continuada dos profissionais da educação e à fragilidade na integração entre alimentação escolar e práticas pedagógicas permanentes. Em muitos contextos, as ações educativas permanecem pontuais, fragmentadas e desvinculadas do currículo escolar, reduzindo o potencial transformador da EAN. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas educacionais e alimentares, de modo que a

promoção da alimentação saudável deixe de ocupar posição secundária e passe a integrar, de forma estruturada, os processos de formação humana e cidadã nas escolas brasileiras (Silva; Senra; Cordeiro, 2025).

3.4. Consciência Crítica e Consumo Alimentar

A formação da consciência crítica relacionada ao consumo alimentar tornou-se elemento indispensável no contexto contemporâneo, marcado pela expansão da indústria alimentícia, pelo aumento do consumo de produtos ultraprocessados e pela intensa influência midiática sobre os hábitos alimentares juvenis. Nesse cenário, a alimentação deixa de representar apenas necessidade biológica e passa a refletir relações sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciam diretamente as escolhas individuais e coletivas (Santos, 2020).

Os hábitos alimentares dos adolescentes sofrem influência de múltiplos fatores, incluindo ambiente familiar, condições socioeconômicas, padrões culturais, redes sociais digitais e estratégias publicitárias voltadas ao consumo de alimentos industrializados. O marketing alimentar frequentemente associa determinados produtos à praticidade, felicidade, pertencimento social e identidade juvenil, influenciando diretamente o comportamento alimentar dos jovens (Portal; Vieira; Canto, 2024).

A relação entre conhecimento, atitude e comportamento alimentar apresenta caráter complexo e multifatorial. O acesso à informação científica não garante, isoladamente, mudanças efetivas nos hábitos alimentares. A construção de práticas alimentares saudáveis exige desenvolvimento de consciência crítica capaz de promover reflexão sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos relacionados às escolhas alimentares cotidianas (Brasil, 2012).

Nesse contexto, a conscientização alimentar assume importante função educativa e social. Compreender a origem dos alimentos, os modos de produção, os impactos ambientais dos sistemas agroindustriais e as relações entre alimentação e saúde fortalece a autonomia dos estudantes e amplia sua capacidade de tomada de decisão consciente. A valorização da agricultura familiar e dos alimentos regionais também contribui para fortalecimento da identidade cultural alimentar e da sustentabilidade dos sistemas produtivos (Thies et al., 2020).

A escola exerce papel central na formação dessa consciência crítica ao promover espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva do conhecimento. A abordagem educativa relacionada à alimentação deve estimular participação ativa dos estudantes, favorecendo análise crítica das práticas de consumo e compreensão das desigualdades relacionadas ao acesso à alimentação adequada. Dessa forma, a educação alimentar contribui para formação de sujeitos mais conscientes, participativos e comprometidos com práticas alimentares saudáveis e sustentáveis (Teo; Triches, 2016).

Além da dimensão individual, a conscientização alimentar possui relevância coletiva e ambiental. O fortalecimento de hábitos sustentáveis contribui para redução do desperdício de alimentos, valorização da produção local, preservação ambiental e fortalecimento de sistemas alimentares mais justos e equilibrados. Assim, a promoção da consciência crítica no ambiente escolar representa importante estratégia para construção de uma sociedade mais saudável, sustentável e socialmente responsável (Assis; França; Coelho, 2019).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa e qualitativa, de natureza descritivo-exploratória e caráter intervencionista, por buscar compreender a percepção e o nível de conscientização de estudantes do ensino médio acerca da educação alimentar e da presença da agricultura familiar na alimentação escolar do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina. A abordagem quantitativa fundamenta-se na aplicação de questionários compostos por questões objetivas, possibilitando a mensuração das respostas por meio de frequências e percentuais. Já a abordagem qualitativa permitiu interpretar percepções, opiniões e significados atribuídos pelos participantes ao tema investigado, ampliando a compreensão das relações entre alimentação escolar, segurança alimentar e agricultura familiar.

A escolha por uma abordagem quali-quantitativa justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, uma vez que a alimentação escolar ultrapassa a dimensão nutricional e envolve aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais (Assis; França; Coelho, 2019). Nesse contexto, a articulação entre educação alimentar e agricultura familiar representa importante estratégia de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fortalecimento do desenvolvimento local e valorização dos hábitos alimentares saudáveis (Thies et al., 2020).

A pesquisa também apresenta caráter intervencionista, considerando que a investigação buscou estimular reflexões acerca da origem dos alimentos, da sustentabilidade e da importância da agricultura familiar para a alimentação escolar, promovendo sensibilização crítica entre os estudantes participantes. Estudos recentes destacam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui instrumento relevante para promoção da educação alimentar e fortalecimento de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar (Silva; Senra; Cordeiro, 2025).

4.2 Público-alvo

O público-alvo da pesquisa foi constituído por estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina. A escolha desse público ocorreu em razão da relevância da educação alimentar no contexto escolar e da necessidade de compreender o nível de conhecimento dos estudantes acerca da alimentação escolar ofertada pela instituição, especialmente em relação à presença de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Os participantes foram selecionados de forma não probabilística, por conveniência, considerando a disponibilidade dos estudantes e a autorização institucional para realização da pesquisa. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando anonimato, confidencialidade das informações e respeito aos princípios éticos da pesquisa científica.

A investigação no ambiente escolar permitiu compreender como os estudantes percebem a relação entre alimentação saudável, sustentabilidade e políticas públicas alimentares, considerando que o ambiente educacional constitui espaço estratégico para promoção de hábitos alimentares saudáveis e construção de consciência crítica sobre segurança alimentar (Portal; Vieira; Canto, 2024).

4.3 Preparo do material para a investigação do conhecimento sobre educação alimentar e presença da Agricultura Familiar

Para execução da pesquisa foi elaborado e aplicado um questionário semiestruturado (Apêndice A), desenvolvido com base na literatura científica referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), educação alimentar e agricultura familiar. O instrumento buscou investigar o nível de conhecimento, percepção e conscientização dos estudantes sobre os alimentos ofertados na alimentação escolar e sua relação com a agricultura familiar.

O questionário foi estruturado em blocos temáticos, contemplando: a) questões fechadas relacionadas ao perfil dos participantes e conhecimentos básicos sobre alimentação escolar; b) questões abertas voltadas às percepções e opiniões dos estudantes; c) perguntas sobre hábitos alimentares; d) questões referentes ao conhecimento da origem dos alimentos consumidos na escola; e) perguntas relacionadas à agricultura familiar, sustentabilidade e alimentação saudável.

A elaboração do instrumento considerou estudos que apontam a necessidade de integração entre alimentação escolar, desenvolvimento local e educação alimentar como elementos fundamentais para fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (Assis; França; Coelho, 2019; Thies et al., 2020).

O questionário foi disponibilizado em formato digital, por meio da plataforma Google Forms, visando facilitar o acesso dos participantes, ampliar a adesão à pesquisa e garantir maior organização dos dados coletados. Em situações específicas, também foi utilizada versão impressa do instrumento.

4.4 Aplicação do Questionário de Investigação

Inicialmente, realizou-se solicitação formal de autorização institucional junto ao Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina para desenvolvimento da pesquisa. Após autorização, ocorreu a aplicação dos questionários em sala de aula, em horários previamente acordados com a coordenação pedagógica e os docentes responsáveis pelas turmas participantes.

Durante a aplicação, os estudantes receberam orientações acerca dos objetivos da pesquisa, do caráter voluntário da participação e da garantia de anonimato das respostas. As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Além da aplicação dos questionários aos estudantes, realizou-se levantamento de informações acerca da presença da agricultura familiar na alimentação escolar do IFB Campus Planaltina, mediante consulta a documentos institucionais e coleta de informações junto aos setores administrativos e à Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) da instituição. Essa etapa permitiu compreender aspectos relacionados à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e sua inserção no contexto da alimentação escolar.

A investigação institucional fundamentou-se em estudos que evidenciam a importância do PNAE como política pública de fortalecimento da agricultura familiar e promoção da alimentação adequada no ambiente escolar (Portal; Vieira; Canto, 2024; Diniz; Silva; Oliveira, 2025).

4.5 Avaliação e Análise dos questionários

Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma quantitativa e qualitativa. As questões objetivas foram tabuladas em planilhas eletrônicas, permitindo análise descritiva por meio de frequências absolutas e relativas, com apresentação dos resultados em gráficos e tabelas.

As respostas discursivas foram submetidas à técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin, contemplando as etapas de leitura flutuante, codificação, categorização temática e interpretação analítica dos resultados. Essa metodologia permitiu identificar padrões de percepção, compreensão e conscientização dos estudantes acerca da alimentação escolar, sustentabilidade e agricultura familiar.

A utilização da análise qualitativa mostrou-se pertinente por possibilitar interpretação aprofundada das experiências e percepções dos participantes, especialmente em temas relacionados à educação alimentar e políticas públicas de segurança alimentar (Assis; França; Coelho, 2019).

Os resultados quantitativos complementaram a interpretação qualitativa, favorecendo compreensão mais abrangente do fenômeno investigado e permitindo identificar tendências relacionadas ao conhecimento dos estudantes sobre alimentação saudável e agricultura familiar.

4.6 Análise dos dados e discussão

A discussão dos resultados ocorreu à luz da literatura científica referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, educação alimentar e agricultura familiar, estabelecendo relações entre os dados obtidos na pesquisa e os estudos desenvolvidos sobre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

A análise buscou compreender como os estudantes percebem a alimentação escolar ofertada pela instituição e em que medida reconhecem a importância da agricultura familiar como instrumento de promoção da alimentação saudável, sustentabilidade e fortalecimento da economia local.

Os resultados também foram discutidos considerando os desafios existentes para consolidação das políticas públicas alimentares nas instituições educacionais, especialmente no contexto da execução do PNAE e da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (Diniz; Silva; Oliveira, 2025).

A interpretação dos dados procurou evidenciar o papel da educação alimentar na formação crítica dos estudantes, reconhecendo a escola como espaço estratégico para promoção de hábitos alimentares saudáveis, valorização da agricultura familiar e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de 49 estudantes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina, sendo que 97,1% aceitaram participar voluntariamente da investigação (Figura 1). Os resultados evidenciaram elevada percepção crítica dos estudantes acerca da alimentação escolar, da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), da sustentabilidade e da importância da agricultura familiar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

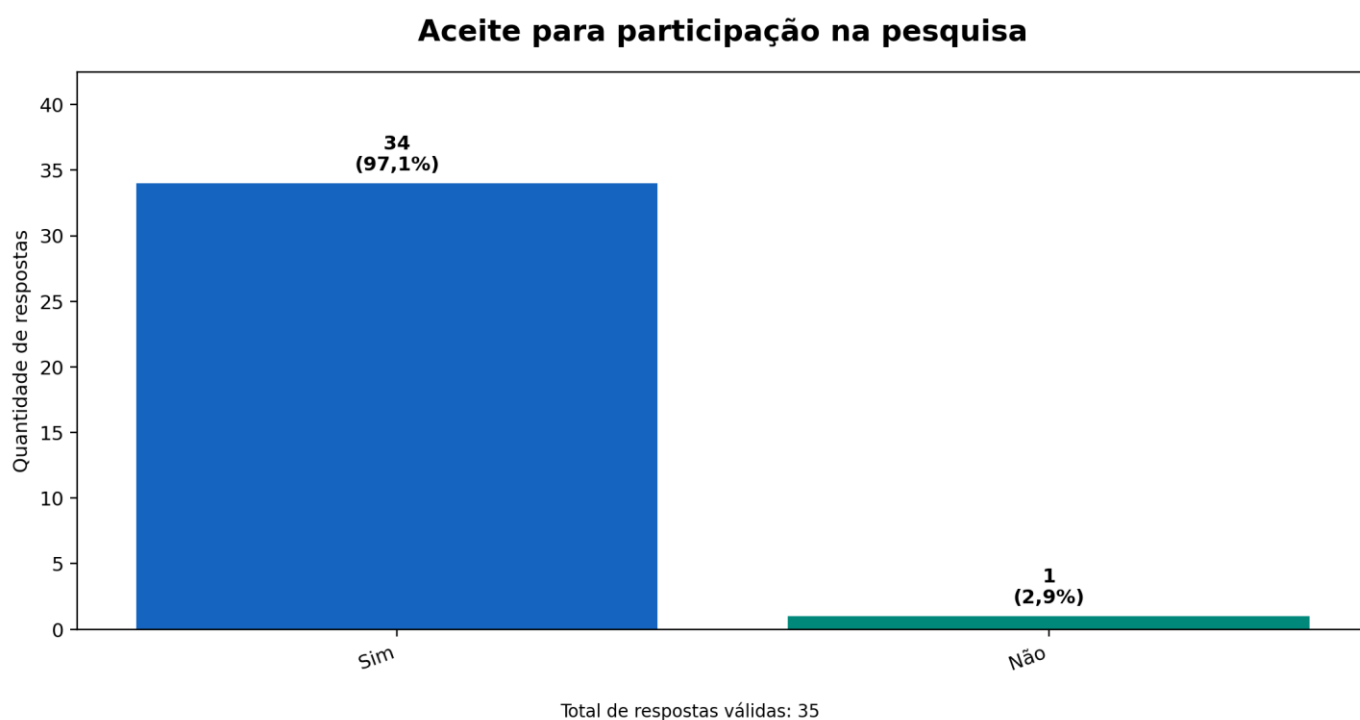


Figura 1. Aceite para participação na pesquisa. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

De maneira geral, os dados demonstraram forte articulação entre alimentação saudável, formação cidadã, sustentabilidade ambiental e valorização da produção agrícola local. Observou-se que os estudantes reconhecem a alimentação escolar não apenas como oferta de refeições, mas como instrumento de promoção da saúde, fortalecimento da economia regional e desenvolvimento sustentável.

5.1. Perfil dos participantes

A análise do perfil dos estudantes revelou predominância de adolescentes entre 14 e 17 anos, correspondendo a 95,9% da amostra. A faixa etária entre 16 e 17 anos representou 49,0% dos participantes, enquanto estudantes entre 14 e 15 anos corresponderam a 46,9% (Figura 2). Apenas 4,1% possuíam 18 anos ou mais.

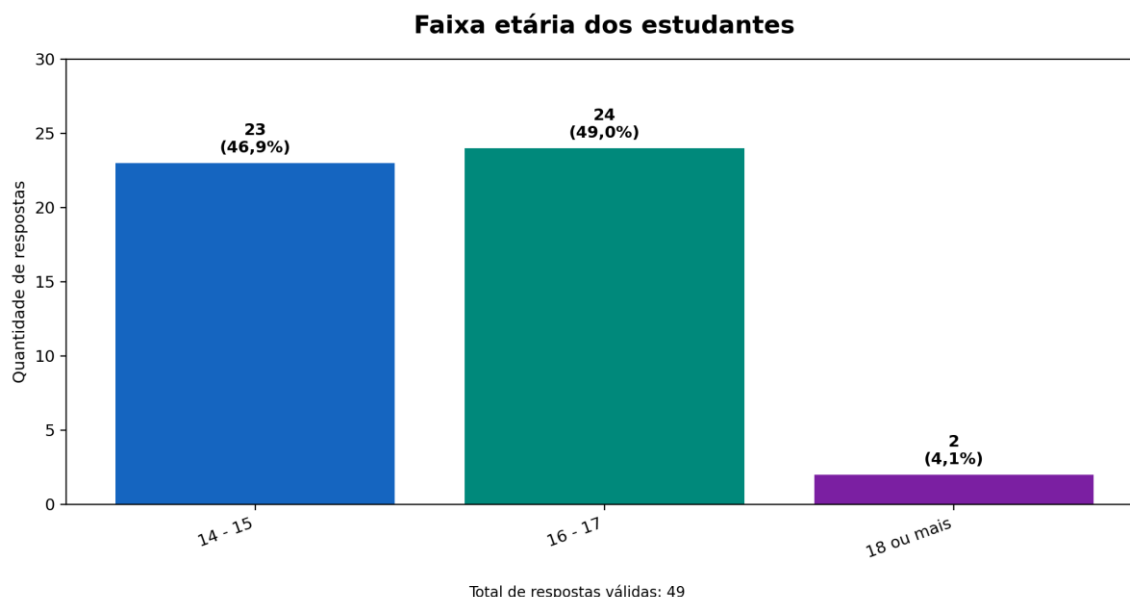


Figura 2. Faixa etária dos estudantes. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Quanto à série cursada, observou-se predominância significativa de estudantes do 1º ano do Ensino Médio Integrado, representando 73,5% da amostra, enquanto os estudantes do 2º e 3º anos corresponderam a 14,3% e 12,2%, respectivamente (Figura 3).

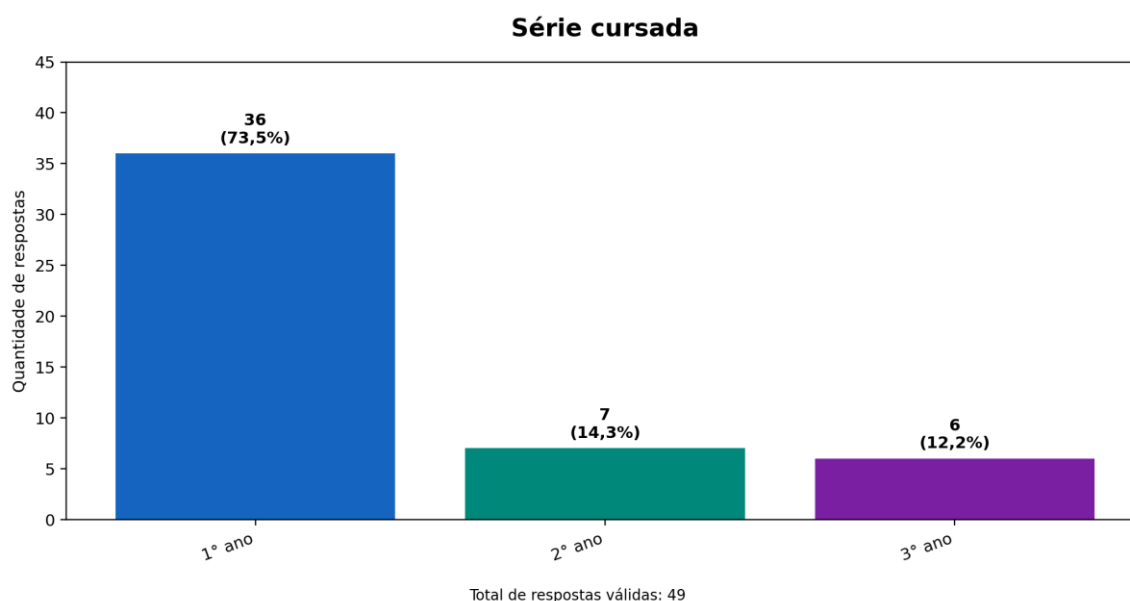


Figura 3. Serie cursada no ensino médio. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Em relação ao local de residência, verificou-se maior participação de estudantes residentes em zona rural (57,1%), em comparação aos residentes em zona urbana (42,9%) (Figura 4). Além disso, 75,0% dos participantes afirmaram possuir relação direta com atividades agrícolas familiares (Figura 5).

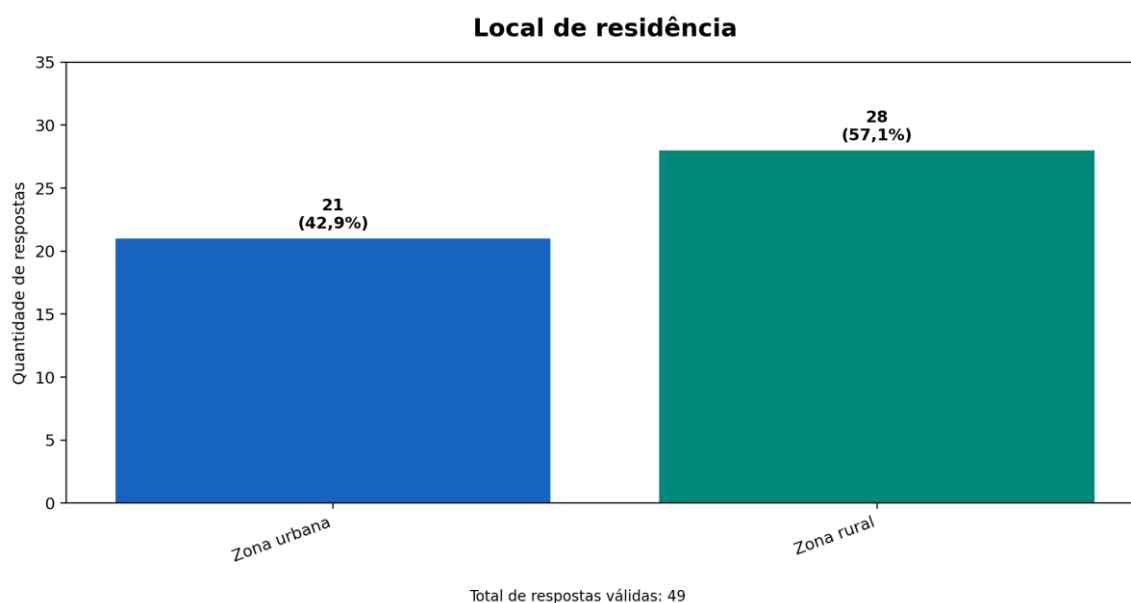


Figura 4. Local de residência. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

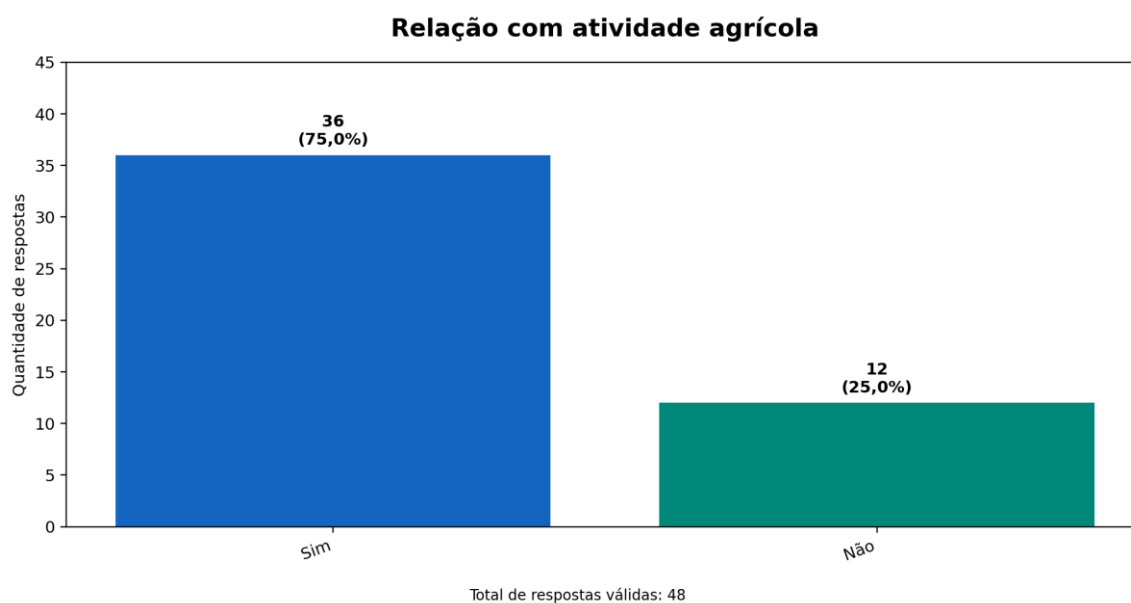


Figura 5. Relação com atividade agrícola. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Os resultados demonstram coerência com a identidade agropecuária do IFB Campus Planaltina e evidenciam a proximidade dos estudantes com a realidade produtiva agrícola regional. A

vivência cotidiana em contextos rurais pode influenciar diretamente a percepção crítica acerca da produção de alimentos, sustentabilidade e valorização da agricultura familiar.

Resultados semelhantes foram identificados por Miletto e Robaina (2022), ao observarem que estudantes de escolas do campo apresentam maior proximidade com discussões relacionadas à segurança alimentar, agroecologia e produção sustentável de alimentos, especialmente em contextos rurais e agrícolas.

A forte presença de estudantes vinculados ao meio rural também reforça a relevância social e pedagógica do PNAE no contexto do IFB Campus Planaltina, especialmente por integrar alimentação escolar, agricultura familiar e desenvolvimento territorial.

5.2. Conhecimento sobre agricultura familiar e PNAE

Os resultados evidenciaram elevado nível de conhecimento dos estudantes acerca da agricultura familiar e de sua presença na alimentação escolar. Observou-se que 59,2% afirmaram conhecer totalmente o significado de agricultura familiar, enquanto 22,4% concordaram parcialmente com essa afirmação (Figura 6).

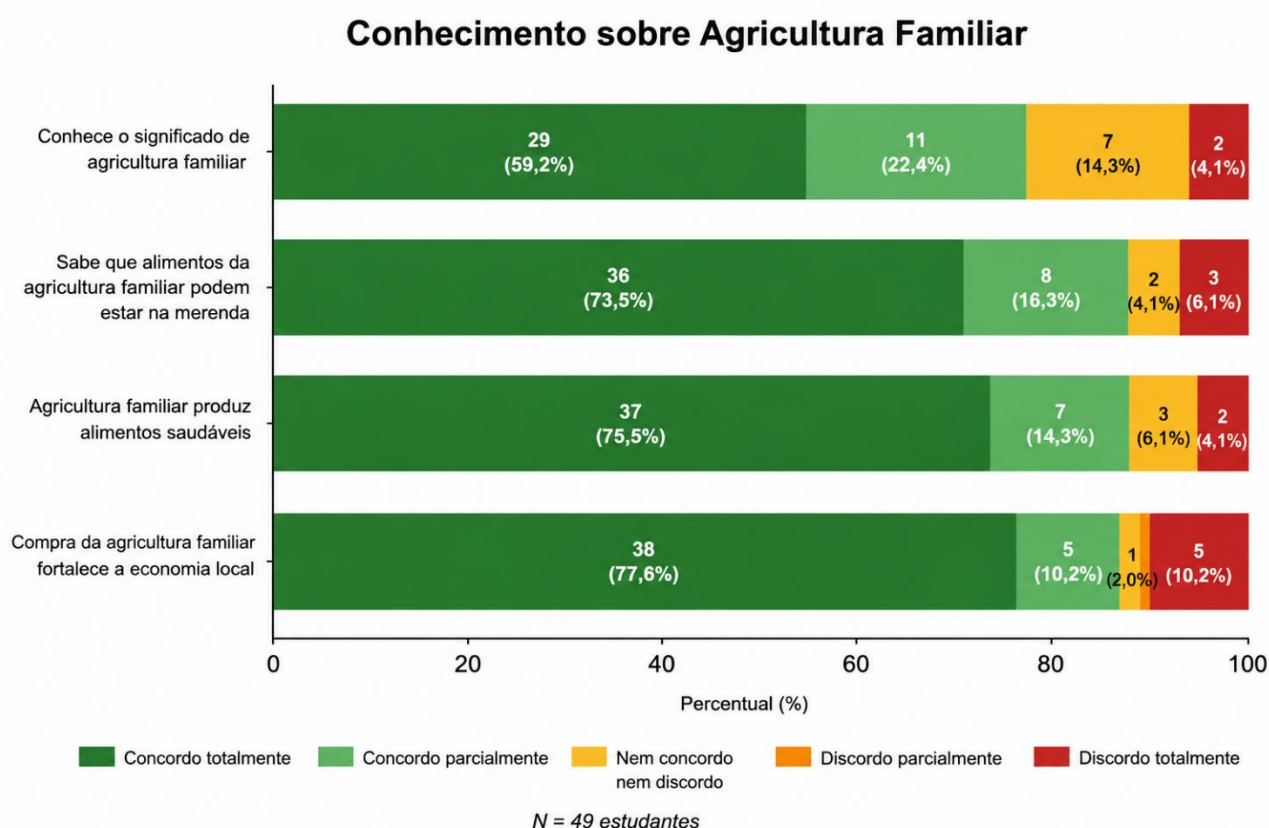


Figura 6. Conhecimento sobre Agricultura Familiar. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Pela Figura 6 ainda é possível avaliar o conhecimento sobre a presença de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, e 73,5% dos estudantes concordaram totalmente que esses alimentos podem estar presentes no ambiente escolar. Além disso, 75,5% concordaram totalmente que a agricultura familiar produz alimentos saudáveis. Os resultados demonstraram forte associação entre agricultura familiar, alimentação saudável e fortalecimento econômico local. Aproximadamente 77,6% dos estudantes afirmaram que a compra da agricultura familiar fortalece a economia local.

Nas respostas abertas (Figura 7), diversos estudantes destacaram que os alimentos provenientes da agricultura familiar são “mais saudáveis”, “mais frescos” e contribuem para o fortalecimento dos pequenos produtores locais. Essa percepção demonstra reconhecimento da agricultura familiar como elemento de valorização social, econômica e cultural.

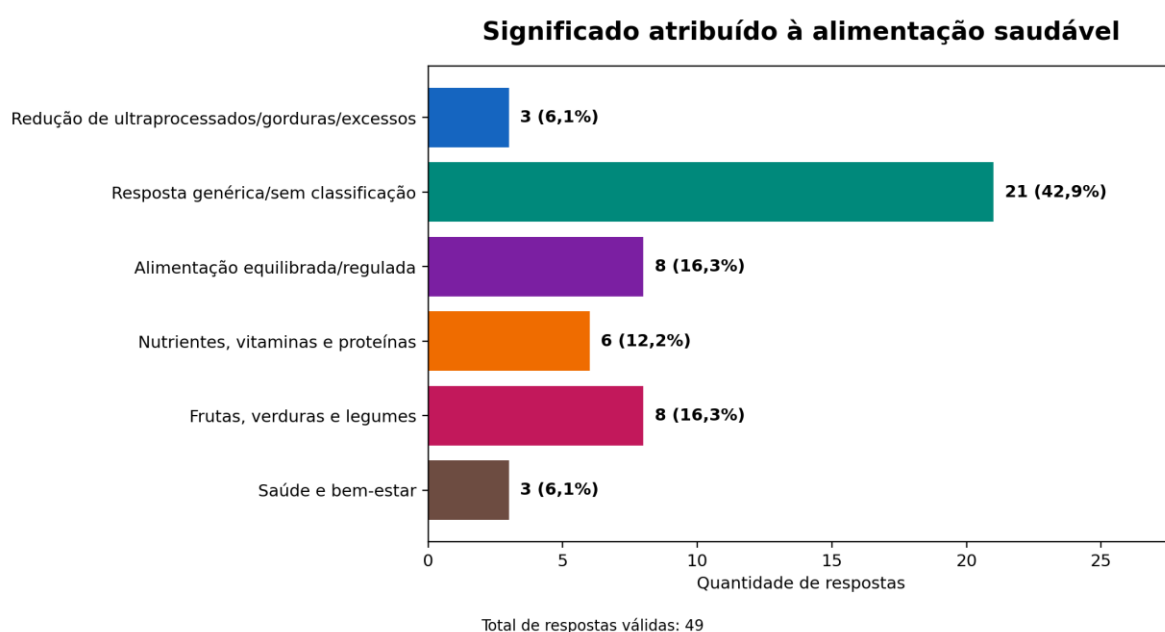


Figura 7. Significado atribuído à alimentação saudável. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Os achados corroboram Almeida e Pacheco (2022), que destacam que a inserção da agricultura familiar no PNAE promove melhoria da qualidade da alimentação escolar, fortalecimento da economia regional e incentivo ao consumo de alimentos frescos e minimamente processados. Além disso, Oliveira, Batalha e Pettan (2017) identificaram que o PNAE promove benefícios socioeconômicos relevantes para agricultores familiares, especialmente relacionados à ampliação da renda e ao fortalecimento do mercado institucional para pequenos produtores.

Entretanto, apesar da predominância de respostas positivas, observou-se presença de respostas neutras e discordantes, indicando que parte dos estudantes ainda possui compreensão limitada sobre o funcionamento do PNAE e sobre a efetiva participação da agricultura familiar na alimentação escolar. Essa condição reforça a necessidade de fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar.

5.3. Educação alimentar e formação crítica

Os estudantes demonstraram elevada valorização das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas pela escola. Os resultados indicaram que 71,4% concordam totalmente que a escola possui papel importante na promoção da alimentação saudável (Figura 8).

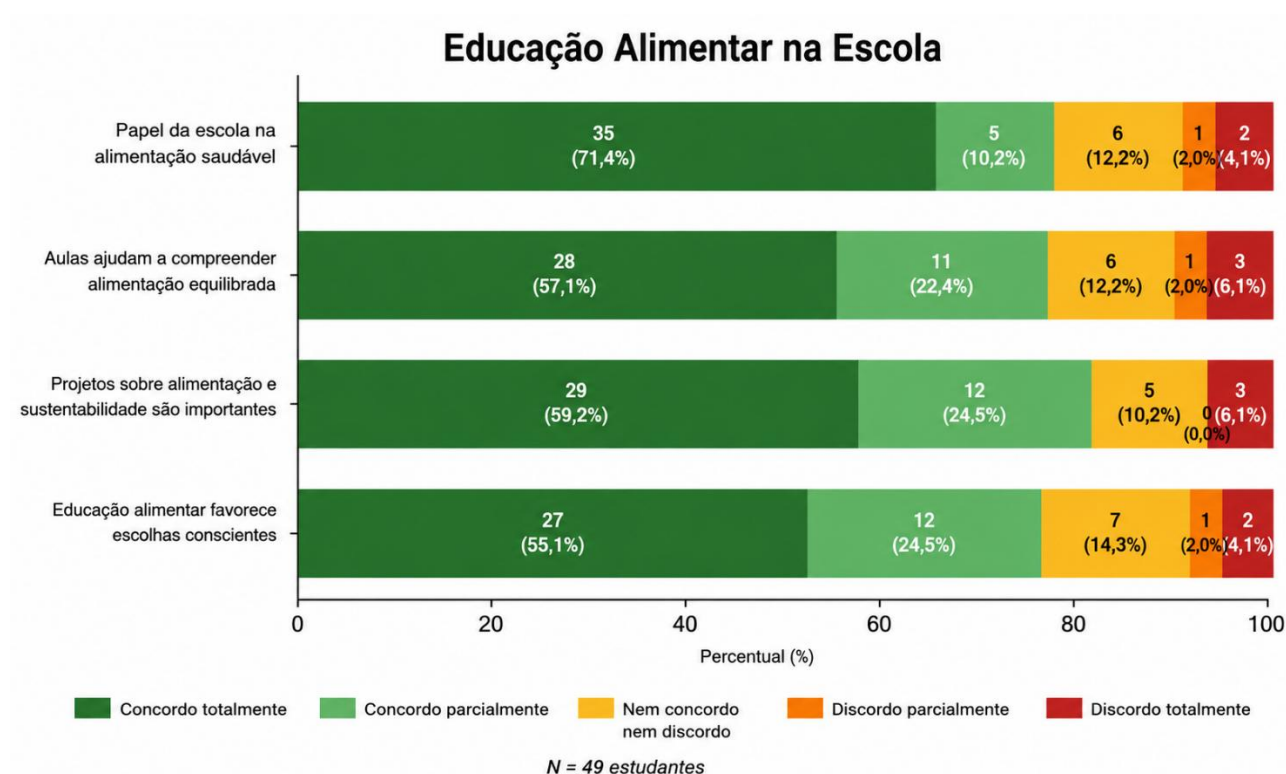


Figura 8. Educação Alimentar e Nutricional (EAN). **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Além disso, 57,1% concordaram totalmente que as aulas auxiliam na compreensão da importância de uma alimentação equilibrada, enquanto 59,2% reconheceram a relevância de projetos relacionados à alimentação e sustentabilidade. Também se observou que 55,1% dos participantes concordaram totalmente que a educação alimentar contribui para escolhas alimentares mais conscientes.

Esses resultados evidenciam que o ambiente escolar exerce papel estratégico na construção de hábitos alimentares saudáveis e no desenvolvimento da consciência crítica sobre alimentação, saúde e sustentabilidade. A elevada concordância relacionada às práticas educativas demonstra que os estudantes reconhecem a importância da integração entre ensino, alimentação e cidadania. Nesse contexto, a Educação Alimentar e Nutricional ultrapassa a dimensão biológica da alimentação e passa a assumir função pedagógica, social e cultural.

Os resultados convergem com os princípios estabelecidos pelo PNAE, que compreendem a alimentação escolar como instrumento de promoção da saúde, aprendizagem e formação de hábitos alimentares saudáveis. Almeida e Pacheco (2022) ressaltam que a integração entre alimentação escolar e agricultura familiar estimula escolhas alimentares mais conscientes e sustentáveis entre estudantes. De forma semelhante, Miletto e Robaina (2022) observaram que estudantes e professores reconhecem a escola como espaço privilegiado para discussões sobre segurança alimentar, sustentabilidade e agroecologia, especialmente em contextos rurais.

Esses resultados reforçam a importância da inserção permanente da Educação Alimentar e Nutricional nas práticas pedagógicas escolares, especialmente em instituições ligadas às Ciências Agrárias e à Educação do Campo.

5.4. Dimensão nutricional e percepção sobre alimentação saudável

Os resultados evidenciaram elevado nível de conscientização nutricional entre os estudantes. Observou-se que 77,6% concordaram totalmente que o consumo regular de frutas e verduras é importante para a saúde e 63,3% também concordam totalmente que a alimentação influencia o desempenho físico e intelectual no ambiente escolar (Figuras 9). Quanto a percepção de que a alimentação escolar contribui para hábitos saudáveis 75,5% concordam com a afirmação sendo 44,9% concordam totalmente e 30,6% concordam parcialmente. Esse resultado demonstra reconhecimento da relação entre alimentação, aprendizagem, disposição física e qualidade de vida.

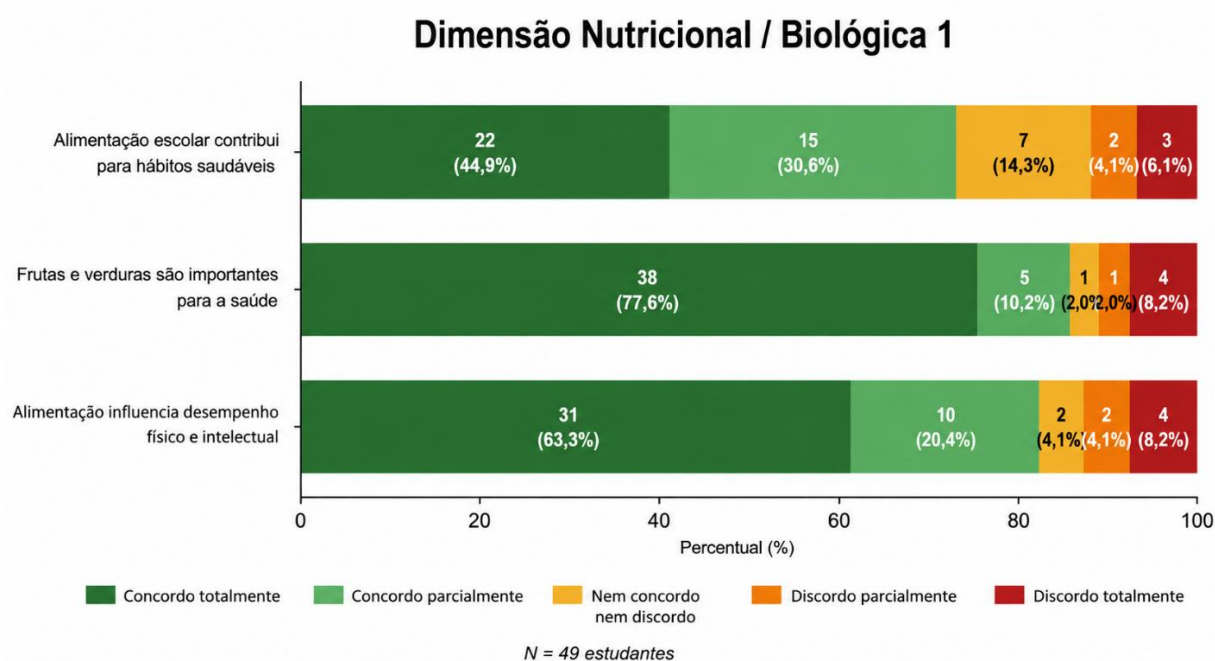


Figura 9. Dimensão Nutricional e Biológica 1. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

A Figura 10 evidencia elevado nível de conscientização dos estudantes em relação à importância da alimentação saudável e à associação entre qualidade alimentar e prevenção de doenças. Os resultados demonstram percepção positiva acerca do papel dos alimentos frescos e da alimentação equilibrada para a promoção da saúde, aspecto que reforça a presença de conhecimentos básicos de educação alimentar entre os participantes.

Aproximadamente 59,2% dos estudantes concordaram totalmente com a afirmação de que alimentos frescos são mais saudáveis que ultraprocessados, e 14,3% concordaram parcialmente, totalizando cerca de 73,5% de percepção positiva, indicando reconhecimento expressivo dos impactos negativos dos alimentos ultraprocessados sobre a saúde e maior valorização de alimentos in natura ou minimamente processados. Essa percepção dialoga com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, que incentiva a redução do consumo de produtos industrializados ricos em sódio, açúcares e aditivos químicos.

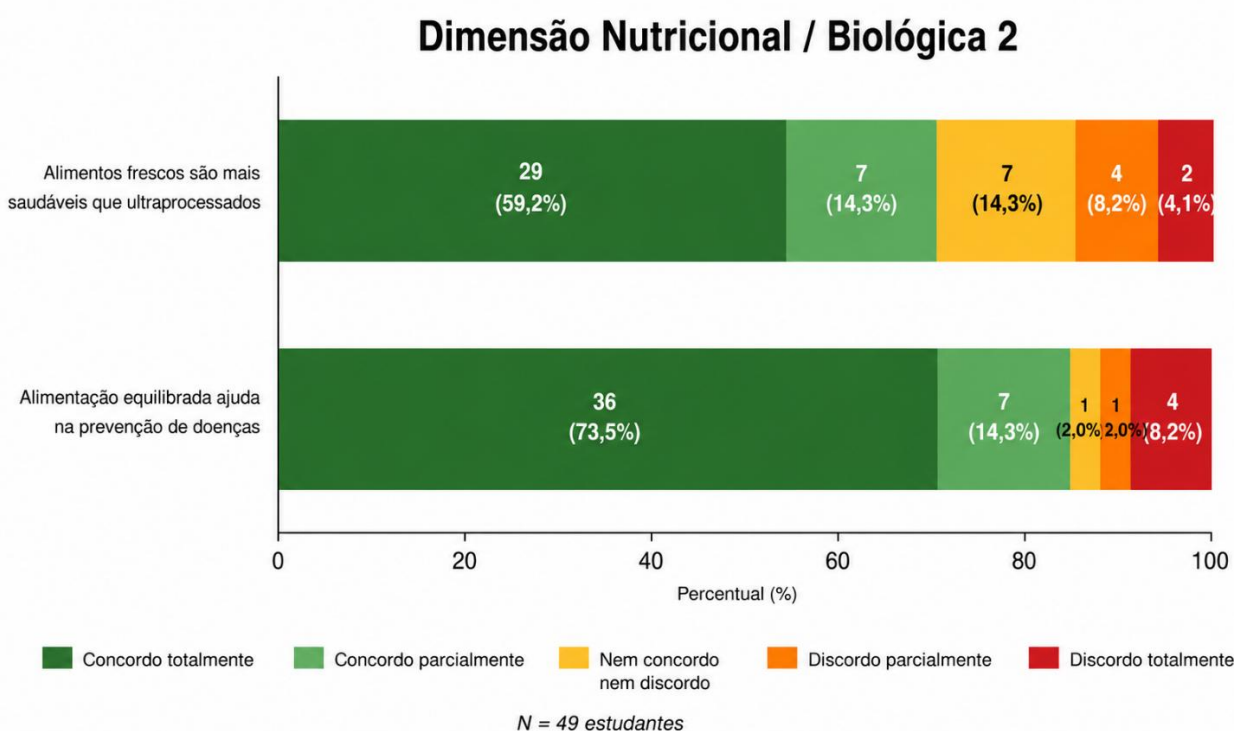


Figura 10. Dimensão Nutricional e Biológica 2. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Ainda nesta dimensão nutricional de alimentos frescos e ultraprocessados identificou-se parcela dos estudantes 26,6% com posicionamento neutro ou divergente, onde 14,3% permaneceram indiferentes e aproximadamente 12,3% apresentaram discordância parcial ou total. Esse comportamento pode indicar fragilidade na compreensão crítica sobre composição alimentar, industrialização e qualidade nutricional dos alimentos consumidos no cotidiano. A presença desse

grupo demonstra necessidade de fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar, especialmente com abordagens mais contextualizadas e práticas.

Na pergunta sobre se a alimentação equilibrada ajuda na prevenção de doenças os resultados mostraram nível ainda mais elevado de concordância. Aproximadamente 73,5% concordaram totalmente e 14,3% concordaram parcialmente, alcançando quase 88% de respostas positivas. Esse dado revela que os estudantes compreendem a relação entre alimentação e saúde preventiva, reconhecendo que hábitos alimentares adequados contribuem para redução de doenças crônicas, melhora da imunidade e manutenção do bem-estar físico.

As respostas neutras e negativas nesse item apresentaram baixa frequência, indicando consenso relativamente consolidado sobre a importância biológica da alimentação saudável. Mesmo assim, a existência de estudantes que discordam parcialmente ou totalmente demonstra que parte do público ainda não internalizou plenamente os impactos da alimentação inadequada sobre a saúde, fator que pode estar relacionado à influência cultural do consumo de ultraprocessados, publicidade alimentar e hábitos familiares.

Neste contexto, observa-se a necessidade constante de aprofundamento pedagógico sobre composição alimentar, processamento de alimentos e qualidade nutricional, especialmente em relação aos impactos do consumo excessivo de alimentos ultraprocessados. Almeida e Pacheco (2022), destacam a alimentação escolar é uma ferramenta importante para crescimento, desenvolvimento biopsicossocial e formação de hábitos alimentares saudáveis.

5.5. Percepção sobre a alimentação escolar

A análise da percepção dos estudantes sobre a alimentação escolar evidenciou predominância de avaliações positivas em relação à qualidade nutricional da merenda ofertada pelo IFB Campus Planaltina, especialmente quanto à importância dos alimentos frescos, à influência da alimentação escolar nos hábitos alimentares e à valorização da produção local. Entretanto, os resultados também revelaram presença de posicionamentos neutros e discordantes, demonstrando que a percepção dos estudantes sobre a alimentação escolar não ocorre de forma homogênea.

A análise da percepção dos estudantes (Figura 11) acerca da alimentação escolar revelou avaliação predominantemente positiva. Aproximadamente 49,0% concordaram totalmente que a merenda escolar oferecida pela instituição é saudável, enquanto 24,5% concordaram parcialmente. Também se observou elevada valorização da presença de alimentos frescos na merenda escolar. Cerca de 69,4% concordaram totalmente que alimentos frescos melhoram a qualidade da alimentação escolar. Além disso, 65,4% concordaram total ou parcialmente que a alimentação escolar deve priorizar a produção local.

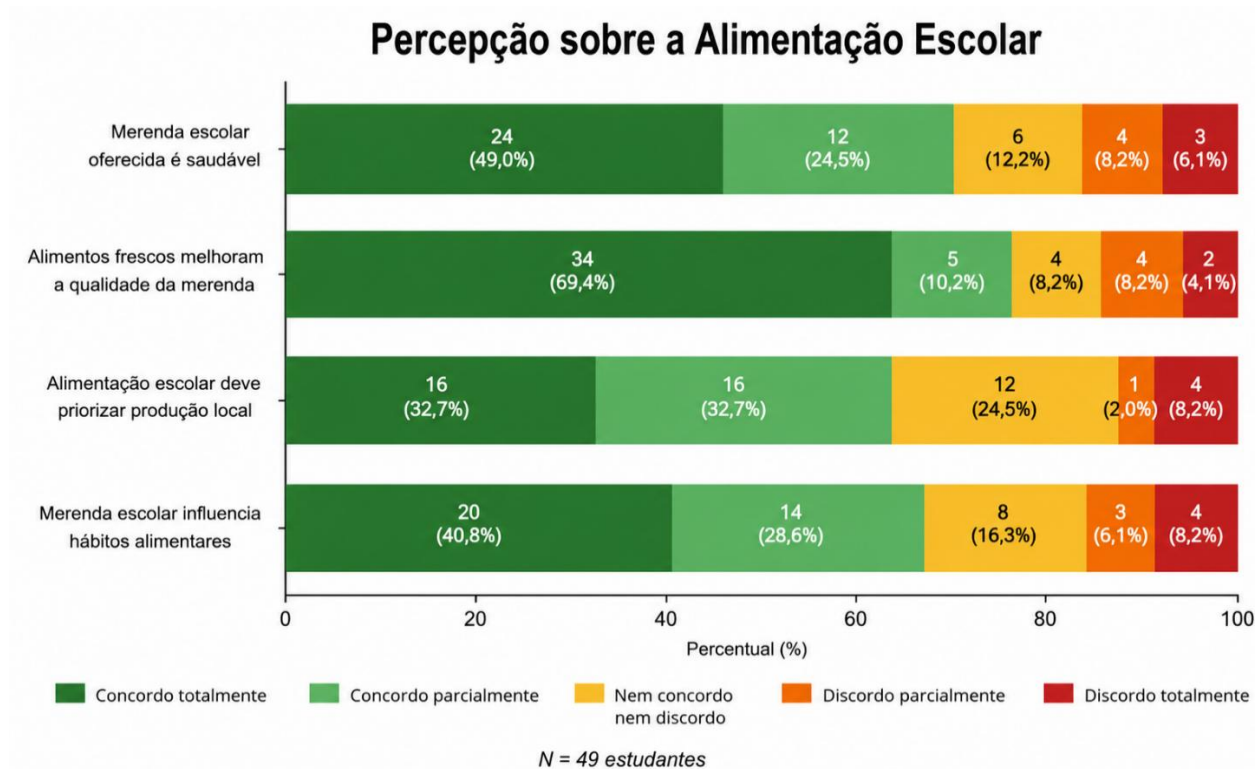


Figura 11. Percepção sobre a Alimentação Escolar. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Na questão abordada sobre: se a alimentação escolar oferecida é saudável, aproximadamente 73,5% dos estudantes apresentaram concordância total ou parcial, indicando reconhecimento significativo da qualidade nutricional da alimentação disponibilizada pela instituição. Esse resultado demonstra que a maioria dos participantes associa a merenda escolar à promoção da saúde e ao fornecimento de alimentação adequada durante a rotina acadêmica. Em contrapartida, cerca de 26,5% dos estudantes mantiveram posicionamento neutro ou discordante, fato que sugere existência de limitações relacionadas à aceitabilidade dos cardápios, variedade alimentar ou preferências individuais.

A afirmativa sobre se os alimentos frescos melhoram a qualidade da alimentação escolar apresentou o maior percentual de concordância da figura, alcançando aproximadamente 79,6% de respostas favoráveis. Os dados demonstram que os estudantes reconhecem a relevância nutricional de alimentos in natura e minimamente processados, estabelecendo relação direta entre qualidade alimentar e consumo de frutas, verduras e alimentos frescos. Esse resultado evidencia compreensão crítica acerca dos benefícios de padrões alimentares mais saudáveis e menor dependência de alimentos ultraprocessados.

Em relação a questão sobre se a alimentação escolar deve priorizar produção local, observou-se distribuição mais equilibrada das respostas. Aproximadamente 65,4% dos participantes concordaram total ou parcialmente com a afirmação, enquanto 24,5% permaneceram neutros. Esse comportamento sugere que parte dos estudantes ainda não compreende integralmente os impactos econômicos, sociais e ambientais associados à agricultura familiar e à produção local no contexto da alimentação escolar. A elevada neutralidade observada nesse item demonstra necessidade de fortalecimento das ações educativas relacionadas à sustentabilidade, segurança alimentar e valorização da agricultura familiar.

A questão sobre se a alimentação escolar influencia hábitos alimentares apresentou aproximadamente 69,4% de concordância total ou parcial, indicando que os estudantes reconhecem a escola como espaço formador de práticas alimentares. Os resultados evidenciam que a alimentação escolar ultrapassa a função biológica de suprimento nutricional e assume dimensão educativa, cultural e social, influenciando escolhas alimentares e padrões de consumo no cotidiano dos estudantes.

De forma geral, os resultados demonstram cenário favorável para implementação e ampliação de ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar. A predominância de percepções positivas indica abertura dos estudantes para discussões relacionadas à alimentação saudável, sustentabilidade e agricultura familiar. Contudo, a persistência de respostas neutras e discordantes evidencia necessidade de estratégias pedagógicas mais integradas, capazes de ampliar a conscientização crítica sobre alimentação, saúde e sistemas alimentares sustentáveis.

5.6. Sustentabilidade e meio ambiente

A análise da dimensão Sustentabilidade e Meio Ambiente demonstra que os estudantes apresentam percepção amplamente favorável acerca da relação entre alimentação escolar, agricultura familiar e preservação ambiental. Os resultados apresentados na Figura 12, evidenciam reconhecimento expressivo da importância do consumo local e da agricultura familiar como estratégias associadas à sustentabilidade, embora ainda exista parcela significativa de estudantes com posicionamento neutro em aspectos mais específicos da temática ambiental aplicada à alimentação escolar.

A questão sobre o consumo local contribui para a sustentabilidade apresentou resultado em que 53,1% dos estudantes concordaram totalmente e 26,5% concordaram parcialmente, totalizando 79,6% de avaliações positivas. Apenas 8,1% apresentaram discordância parcial ou total, enquanto 12,2% permaneceram neutros. Esses dados revelam que a maioria dos participantes compreende que o consumo de alimentos produzidos localmente reduz impactos ambientais relacionados ao transporte, fortalece circuitos curtos de comercialização e favorece práticas produtivas mais

sustentáveis. O baixo percentual de discordância indica consolidação relativamente elevada da percepção ambiental relacionada ao consumo alimentar. (Figura 12).

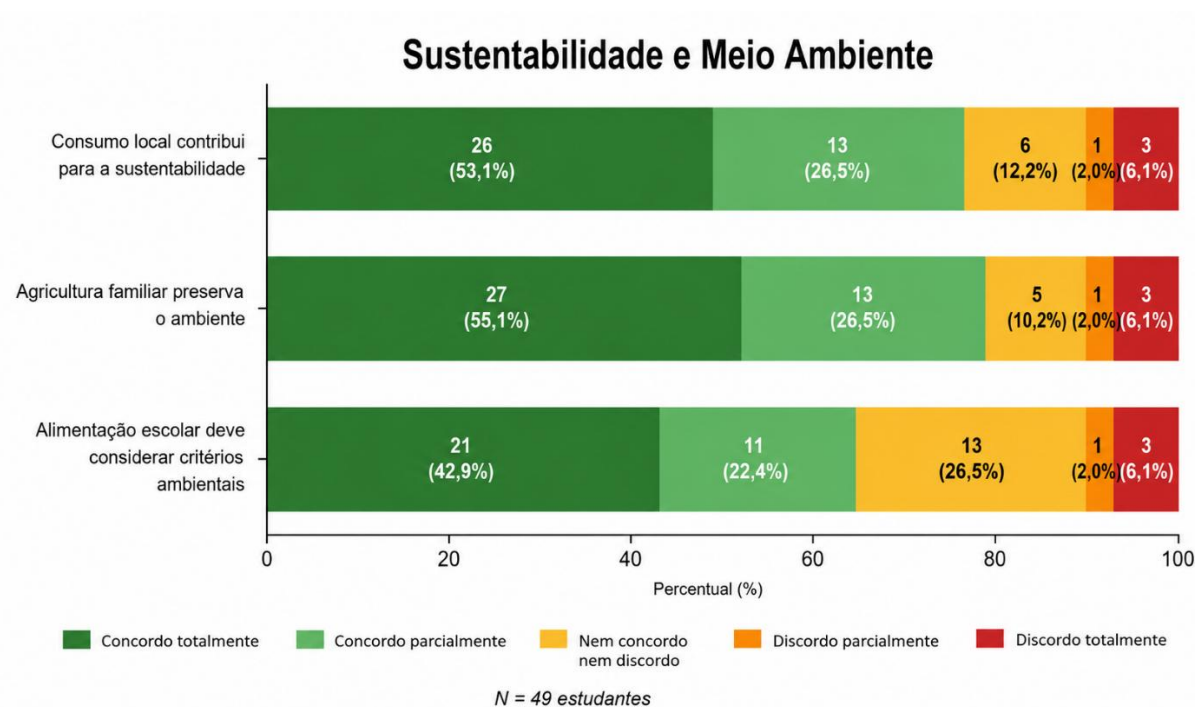


Figura 12. Percepção sobre a Sustentabilidade e Meio Ambiente. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Resultado semelhante foi observado na afirmativa se a agricultura familiar preserva o ambiente. Nesse item, 55,1% concordaram totalmente e 26,5% concordaram parcialmente, alcançando 81,6% de concordância. Os índices de discordância permaneceram reduzidos, somando apenas 8,1%, enquanto 10,2% demonstraram neutralidade. Esse resultado evidencia que os estudantes associam a agricultura familiar a modelos produtivos menos agressivos ao meio ambiente, com maior diversidade agrícola e menor intensificação produtiva quando comparada aos sistemas convencionais em larga escala. Além disso, os dados sugerem percepção positiva acerca do papel socioambiental desempenhado pelos pequenos produtores rurais.

Entretanto, a questão sobre se alimentação escolar deve considerar critérios ambientais apresentou comportamento distinto. Embora 42,9% tenham concordado totalmente e 22,4% parcialmente, totalizando 65,3% de respostas favoráveis, observou-se percentual elevado de neutralidade, correspondente a 26,5% dos participantes. Os índices de discordância permaneceram baixos, somando 8,1%, porém a elevada frequência de respostas neutras demonstra que parte dos estudantes ainda não estabelece relação direta entre alimentação escolar e sustentabilidade ambiental.

Esse resultado possui relevância analítica importante, pois indica que os estudantes reconhecem a importância da preservação ambiental em sentido amplo, mas ainda apresentam dificuldades para compreender como critérios ambientais podem integrar políticas de alimentação escolar. Aspectos como desperdício de alimentos, sazonalidade agrícola, impacto ambiental da cadeia produtiva, uso de agrotóxicos e sustentabilidade dos sistemas alimentares parecem não estar plenamente incorporados ao repertório crítico de parte dos participantes.

Observa-se que a percepção ambiental dos estudantes encontra-se mais consolidada em temas diretamente associados à agricultura familiar e ao consumo local do que em discussões mais complexas relacionadas à gestão sustentável da alimentação escolar. Esse cenário demonstra necessidade de fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional articuladas à Educação Ambiental, especialmente com abordagens que aproximem alimentação, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental das experiências cotidianas dos estudantes.

De forma geral, os resultados revelam ambiente favorável para ampliação de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade alimentar. A predominância de avaliações positivas demonstra abertura dos estudantes para discussões relacionadas ao consumo consciente, valorização da agricultura familiar e preservação ambiental, elementos fundamentais para consolidação de políticas públicas alimentares mais sustentáveis e socialmente responsáveis.

Esses resultados demonstram que os estudantes compreendem a alimentação não apenas como necessidade biológica, mas também como prática social relacionada à sustentabilidade, ao meio ambiente e à responsabilidade coletiva. Os dados obtidos, convergem com Miletto e Robaina (2022), que identificaram forte associação entre agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e preservação ambiental em estudantes de escolas do campo.

5.7. Dimensão social, econômica e cultural da alimentação

A dimensão social e econômica apresentou elevados índices de concordância, demonstrando que os estudantes reconhecem, de forma consistente, a relevância da agricultura familiar para o fortalecimento econômico local, para o desenvolvimento comunitário e para preservação da cultura alimentar regional. Os resultados, apresentados na Figura 13 revelam percepção amplamente positiva acerca dos impactos sociais associados à inserção da agricultura familiar na alimentação escolar, especialmente no que se refere ao apoio aos pequenos produtores e à integração entre escola e comunidade.

Na questão sobre compra da agricultura familiar ajuda sua comunidade, observou-se o maior percentual de concordância entre as afirmativas avaliadas. Aproximadamente 71,4% dos estudantes concordaram totalmente e 18,4% concordaram parcialmente, totalizando 89,8% de respostas positivas. Apenas 8,1% permaneceram neutros ou discordaram parcialmente, enquanto a discordância total atingiu somente 2,0%. Esse resultado evidencia percepção fortemente consolidada sobre o impacto econômico da agricultura familiar no contexto local. Os estudantes demonstraram compreender que a aquisição de alimentos provenientes da produção familiar contribui para geração de renda, fortalecimento da economia regional e permanência dos pequenos produtores no campo.

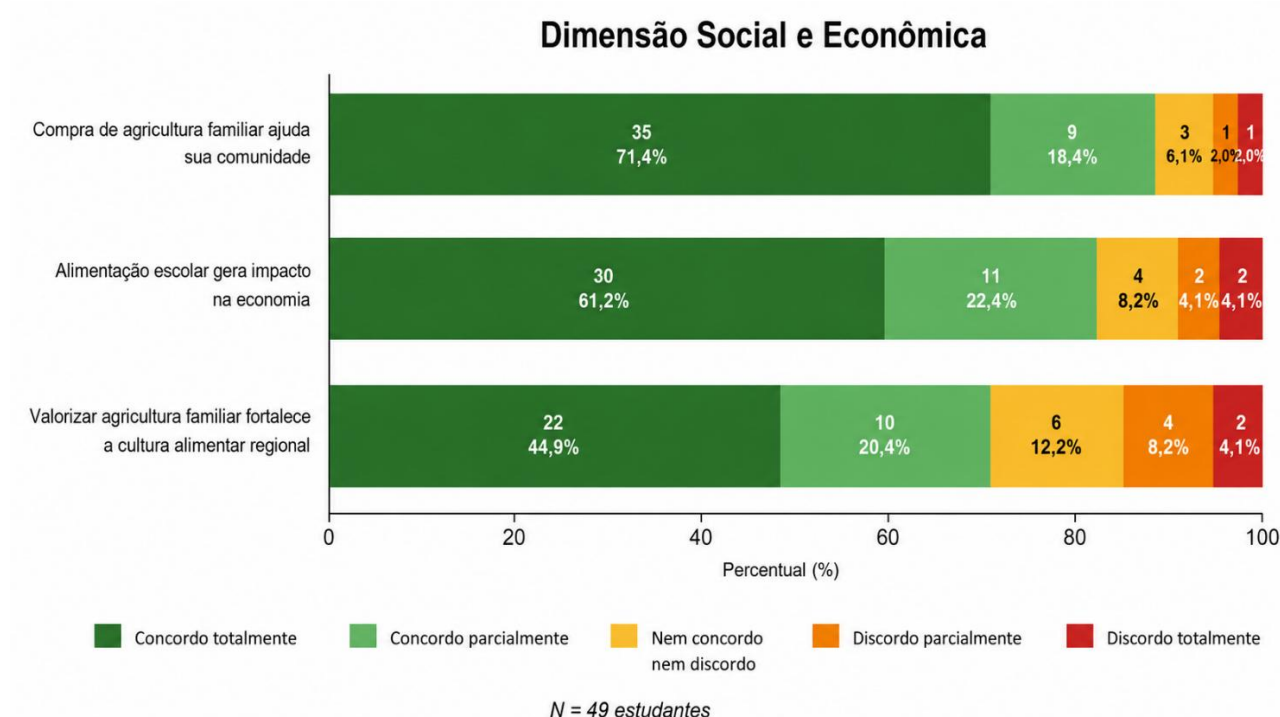


Figura 13. Dimensão Social e Econômica. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

A afirmativa sobre se a alimentação escolar gera impacto na economia, também apresentou elevado índice de concordância. Cerca de 61,2% concordaram totalmente e 22,4% parcialmente, alcançando 83,6% de respostas favoráveis. Os percentuais de discordância total e parcial permaneceram reduzidos, ambos com 4,1%, enquanto 8,2% demonstraram neutralidade. Esses dados indicam que os estudantes reconhecem que a alimentação escolar ultrapassa a dimensão nutricional e exerce influência econômica significativa sobre a comunidade local. Tal percepção demonstra compreensão de que políticas públicas alimentares movimentam cadeias produtivas, ampliam oportunidades de comercialização e fortalecem circuitos econômicos regionais.

Entretanto, a pergunta sobre a valorização da agricultura familiar fortalecendo a cultura alimentar regional, apresentou resultados relativamente mais distribuídos. Embora 44,9% tenham concordado totalmente e 20,4% parcialmente, totalizando 65,3% de concordância, observou-se aumento nos índices de neutralidade e discordância. Aproximadamente 12,2% dos estudantes permaneceram neutros, 8,2% discordaram parcialmente e 4,1% discordaram totalmente. Esse comportamento sugere que parte dos participantes ainda não associa plenamente agricultura familiar à preservação cultural e identidade alimentar regional.

Os resultados demonstram que a percepção econômica da agricultura familiar se encontra mais consolidada do que sua dimensão sociocultural. Os estudantes reconhecem com maior facilidade os impactos financeiros relacionados à produção local, porém apresentam menor aprofundamento crítico sobre aspectos ligados à memória alimentar, tradição culinária e preservação de hábitos culturais regionais. Esse dado evidencia que a compreensão da alimentação ainda permanece fortemente vinculada à lógica econômica e nutricional.

Outro aspecto relevante refere-se aos baixos percentuais de discordância observados nos três itens avaliados. Em nenhuma das afirmativas a discordância total ultrapassou 4,1%, resultado que reforça aceitação majoritária da agricultura familiar como elemento positivo para a sociedade e para economia local. Esse cenário demonstra ambiente favorável para fortalecimento de ações educativas voltadas à valorização da produção regional, da cultura alimentar e da integração entre alimentação escolar e desenvolvimento sustentável.

De forma geral, os dados evidenciam que os estudantes possuem percepção social e econômica positiva acerca da agricultura familiar na alimentação escolar. Contudo, os resultados também revelam necessidade de aprofundamento das discussões relacionadas à dimensão cultural da alimentação, especialmente no que se refere à valorização das tradições alimentares regionais e ao papel da escola na construção da identidade alimentar coletiva.

As Figuras 14 e 15 tem-se a apresentação das respostas qualitativas, percebe-se que muitos estudantes destacaram que: a agricultura familiar ajuda pequenos produtores, fortalece a economia local e promove alimentos mais frescos e saudáveis. Os resultados evidenciam percepções distintas entre os estudantes quanto à importância da agricultura familiar e às necessidades de melhoria da alimentação escolar.

Na primeira análise (Figura 14), observou-se que 32,0% dos participantes declararam não saber ou discordaram da relevância da agricultura familiar, percentual superior às respostas associadas diretamente à qualidade dos alimentos. Esse dado demonstra que, embora exista reconhecimento parcial da temática, parte significativa dos estudantes ainda apresenta compreensão limitada sobre o papel estratégico da agricultura familiar no contexto da alimentação escolar e da segurança alimentar.

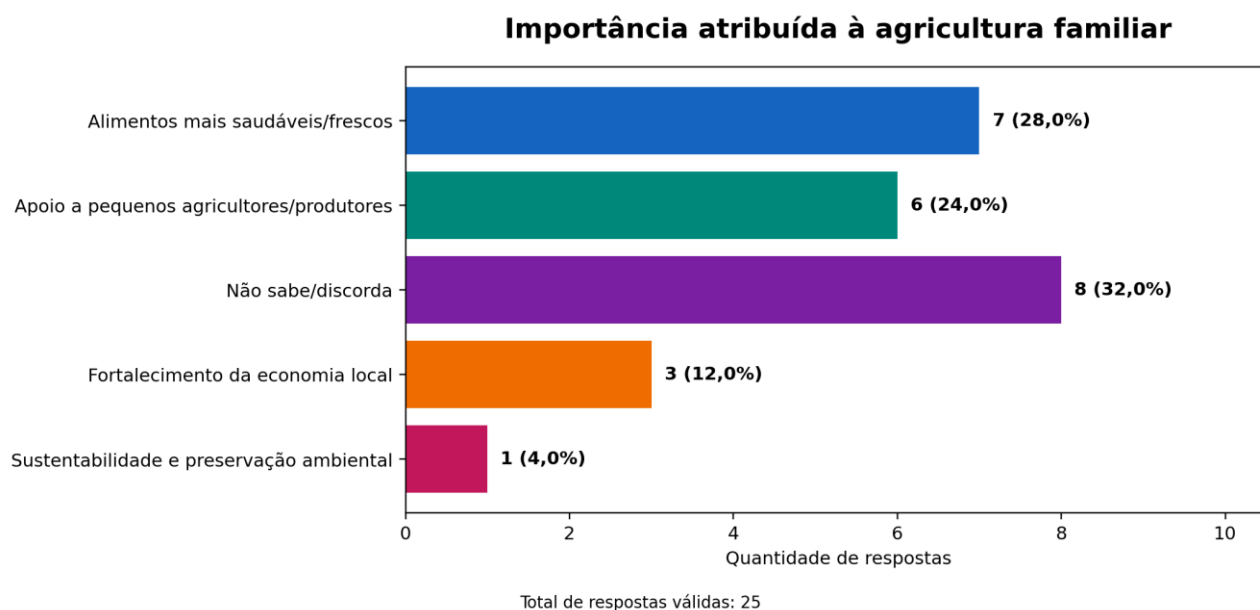


Figura 14. Importância atribuída à agricultura familiar. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

Entre os estudantes que atribuíram importância à agricultura familiar, 28,0% associaram sua relevância à oferta de alimentos mais saudáveis e frescos, enquanto 24,0% destacaram o apoio aos pequenos agricultores e produtores locais. Apenas 12,0% relacionaram a agricultura familiar ao fortalecimento da economia local e somente 4,0% mencionaram sustentabilidade e preservação ambiental. Esses resultados indicam que a percepção estudantil permanece predominantemente centrada na dimensão nutricional dos alimentos, com menor aprofundamento sobre impactos econômicos, sociais e ambientais da produção familiar.

Em relação às sugestões para melhoria da alimentação escolar (Figura 15), 40,0% dos estudantes afirmaram não perceber necessidade de mudanças ou não apresentaram opinião, resultado que sugere nível relativamente satisfatório de aceitação da merenda ofertada pela instituição. Entretanto, entre as propostas apresentadas, destacou-se o aumento da oferta de frutas, saladas e alimentos frescos, citado por 26,7% dos participantes. Esse dado reforça a valorização de alimentos in natura e demonstra demanda por cardápios considerados mais saudáveis e diversificados.

Além disso, 16,7% solicitaram revisão das preparações com ovo e proteínas, enquanto 10,0% sugeriram reforço nos lanches e intervalos. Apenas 6,7% apontaram necessidade de maior variedade no cardápio. Os resultados revelam que as críticas concentram-se mais na qualidade sensorial e composição das refeições do que em rejeição ampla à alimentação escolar. De forma geral, os dados evidenciam cenário favorável para fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional, especialmente no aprofundamento das discussões sobre agricultura familiar, sustentabilidade e qualidade alimentar.

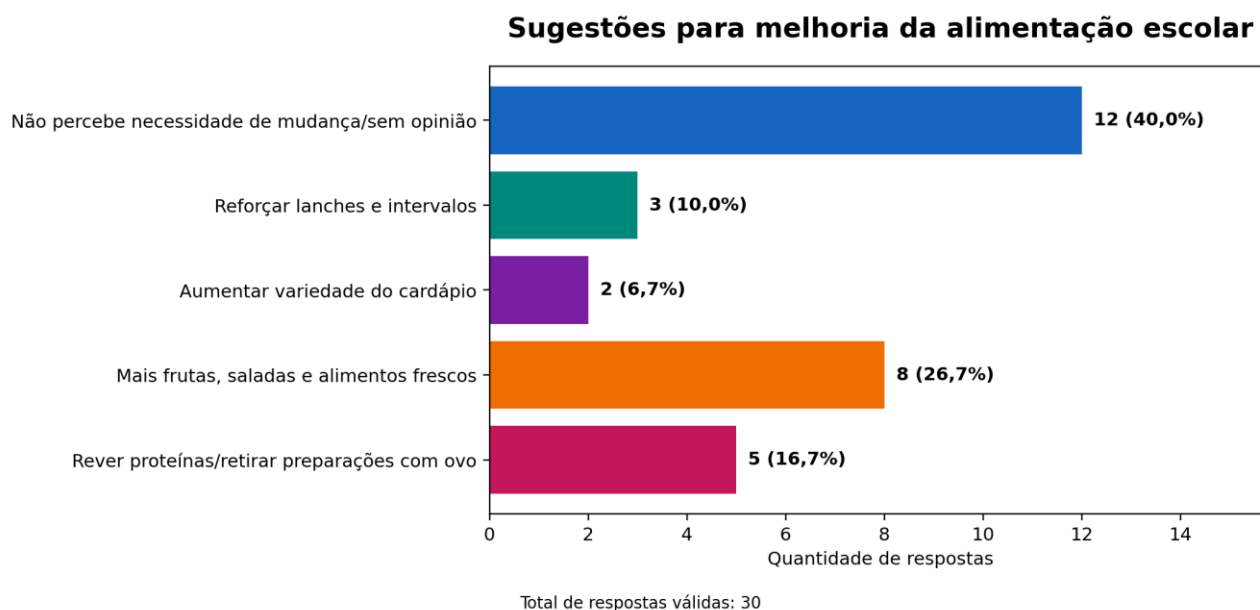


Figura 15. Sugestões para melhoria da alimentação escolar. **Fonte:** Autoria Própria utilizando IA, 2026.

A valorização da cultura alimentar regional e da produção local demonstra que os estudantes reconhecem a alimentação escolar como instrumento de desenvolvimento social e fortalecimento comunitário. Pois, trabalho de Oliveira, Batalha e Pettan (2017), observaram impactos socioeconômicos positivos do PNAE para agricultores familiares, especialmente relacionados ao aumento da renda e ampliação das oportunidades de comercialização institucional. E de forma semelhante, Almeida e Pacheco (2022) destacam que a integração entre agricultura familiar e alimentação escolar fortalece economias locais, valoriza práticas culturais alimentares regionais e amplia a segurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, respostas abertas e manifestações neutras em algumas afirmativas evidenciam necessidade de ampliação de ações educativas permanentes, integradas ao currículo escolar, capazes de aprofundar discussões sobre alimentação saudável, sistemas alimentares sustentáveis, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

6. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa indicaram que os estudantes do Instituto Federal de Brasília Campus Planaltina possuem compreensão consistente acerca da Educação Alimentar e Nutricional e da presença da agricultura familiar na alimentação escolar. Os participantes associaram alimentação saudável à qualidade de vida, à prevenção de doenças, ao desempenho físico e intelectual e à preservação ambiental.

Os resultados gerais da pesquisa demonstraram que os estudantes reconhecem a importância da agricultura familiar para promoção da alimentação saudável, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da economia local. Também identificaram a escola como espaço relevante para construção de conhecimentos relacionados à alimentação, saúde e cidadania.

A agricultura familiar apareceu nas respostas como elemento relacionado à oferta de alimentos frescos, ao incentivo aos pequenos produtores e à valorização da cultura alimentar regional. Os dados também indicaram reconhecimento do papel da escola na construção de hábitos alimentares conscientes, especialmente por meio de ações educativas, projetos pedagógicos e discussões sobre alimentação e sustentabilidade.

A pesquisa identificou, ainda, insatisfação relacionada aos lanches intermediários ofertados aos estudantes em período integral, principalmente quanto à variedade, composição nutricional e capacidade de saciedade. Esse resultado evidencia a necessidade de reavaliação periódica do cardápio escolar, considerando aspectos nutricionais, culturais, sensoriais e sociais.

Conclui-se que a articulação entre alimentação escolar, agricultura familiar e Educação Alimentar e Nutricional contribui para promoção da saúde, sustentabilidade e formação cidadã. Nesse contexto, a escola consolida-se como espaço de construção de consciência alimentar, valorização da produção local e incentivo a práticas alimentares mais saudáveis e socialmente responsáveis.

7. DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declara-se que, durante o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, especificamente ChatGPT (OpenAI), Elicit AI e Perplexity AI, exclusivamente como instrumentos auxiliares de apoio às atividades acadêmicas e docente. O uso dessas tecnologias ocorreu em conformidade com os princípios éticos da integridade, da transparência metodológica, da autoria responsável e das diretrizes vigentes para utilização de Inteligência Artificial.

As ferramentas de Inteligência Artificial foram empregadas apenas para fins complementares de organização textual, produção de imagens, gráficos, figuras, mapas mentais, revisão linguística, aprimoramento da coesão e coerência textual, sugestões de estruturação pedagógica e científica, sistematização preliminar de informações, apoio na elaboração inicial de tópicos, auxílio exploratório na busca de literatura científica e suporte à redação acadêmica. Nenhuma ferramenta de Inteligência Artificial foi utilizada como substituta da atividade intelectual, analítica, interpretativa ou autoral da docente responsável.

Todo o conteúdo produzido com apoio das ferramentas de Inteligência Artificial passou por supervisão humana integral, revisão crítica, verificação técnico-científica, validação metodológica e adequação às normas acadêmicas vigentes, sob responsabilidade exclusiva da autora.

Ressalta-se, ainda, que a utilização das ferramentas de Inteligência Artificial não envolveu inserção de dados sigilosos ou informações protegidas por confidencialidade, observando-se os princípios da proteção de dados, segurança da informação e boas práticas.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jailson de Arruda *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar, agricultura familiar e desenvolvimento territorial no contexto de uma Instituição Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 23817-23839, 2025.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 maio 2020.

CECANE UFRGS. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Cartilha do Curso Planejamento de Ações de Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

COSTA, Paula Medeiros. *Gestão e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

DINIZ, Alexandre; SILVA, Adriane de Andrade; OLIVEIRA, João Carlos de. Desafios para a consolidação da agricultura familiar no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Uberlândia/MG. *Revista Foco*, v. 18, n. 12, p. 1-23, 2025.

GOMES, Ludmir dos Santos; BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação escolar e desenvolvimento social local: o caso de aquisição de gêneros da agricultura familiar. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 97-116, 2019.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 1955-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PORTAL, Riziane Duarte; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; CANTO, Otávio do. Alimentação escolar e alimentos da agricultura familiar em Região Metropolitana Amazônica Brasileira. *Confins*, Paris, n. 63, 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.

SANTOS, Anabele Pires *et al.* Trajetória de compra institucional de alimentos da Agricultura Familiar para o Programa de Alimentação Escolar em dois municípios mineiros entre 2011 e 2021. *Health and Biosciences*, v. 4, n. 1, p. 58-75, 2023.

SCARPARO, Amália Luisa S.; MARQUES, Tânia Beatriz I.; DEL PINO, José Claudio. Ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. In: BOFF, Eva; BUSNELLO, Maristela Borin (org.). *Educação para a saúde: diálogos nos diferentes cenários de práticas educativas*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2016. p. 145-162.

SILVA, Luciana Sampaio Cunha da; SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza; CORDEIRO, Suammy Priscila Rodrigues Leite. A execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos Institutos Federais dos últimos 5 anos. *Revista DELOS*, Curitiba, v. 18, n. 71, p. 1-16, 2025.

SIMON, Alexandre. Agricultura familiar e desenvolvimento agrário. *Agroecologia Catarinense*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 14-17, 2014.

SOARES, Panmela *et al.* Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 41-51, 2013.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; TRICHES, Rozane Márcia. *Alimentação escolar: interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Argos, 2016.

THIES, Vanderlei Franck *et al.* A participação da agricultura familiar nas compras para a alimentação escolar do Rio Grande do Sul: uma análise segundo a regionalização dos COREDES. *Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 10, p. 1351-1376, 2020.

TRICHES, Rozane Márcia; GERHARDT, Tatiana Engel; SCHNEIDER, Sergio. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. *Interações*, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 109-120, 2014.

TRICHES, Rozane Márcia; SIMONETTI, M. G.; PEREZ-CASSARINO, J.; BACCARIN, J. G.; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 118-137, 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pesquisa: Avaliação e conscientização de estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina com relação à educação alimentar e à presença da Agricultura Familiar na alimentação escolar.

Pesquisadora: Eliene Santos

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Alves de Figueiredo Sousa

Apresentação da Pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica desenvolvida no Curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina. O estudo busca compreender o nível de conhecimento, percepção e conscientização dos estudantes do ensino médio sobre educação alimentar e sobre a presença da agricultura familiar na alimentação escolar.

O Objetivo Geral da Pesquisa é analisar o nível de conhecimento, percepção e conscientização dos estudantes do ensino médio do IFB – Campus Planaltina acerca da educação alimentar e da presença da agricultura familiar na alimentação escolar.

Procedimentos da Pesquisa

A participação consistirá no preenchimento de um questionário composto por perguntas objetivas e algumas questões abertas sobre alimentação escolar, hábitos alimentares e agricultura familiar. O tempo estimado de resposta é de aproximadamente 10 a 15 minutos. Os riscos são considerados mínimos e podem envolver apenas eventual desconforto ao responder alguma pergunta. O participante poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir para o fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, bem como para ampliar o debate sobre a importância da agricultura familiar na alimentação escolar.

As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Os participantes não serão identificados em nenhuma etapa da pesquisa, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade dos dados.

A participação é voluntária. O participante pode recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo acadêmico.

Contato para esclarecimentos

Profa. Dra. Heloisa Alves de Figueiredo Sousa

Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina

E-mail: heloisafalcao@ifb.edu.br

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa. Compreendi as informações e concordo voluntariamente em participar.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / ____

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPANTE MENOR DE IDADE

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre alimentação escolar e agricultura familiar. Se você concordar, ele responderá um questionário simples sobre o tema. Sua participação é voluntária e você pode parar de responder a qualquer momento se não quiser continuar. Seu nome não aparecerá na pesquisa e suas respostas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

Se você tiver dúvidas, poderá perguntar ao pesquisador ou professor responsável.

Declaro que entendi as informações e aceito participar da pesquisa.

Nome do estudante: _____

Assinatura do estudante: _____

Data: ____ / ____ / ____

TERMO DE CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL LEGAL

Eu, _____, responsável legal pelo(a) estudante _____, declaro que fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa intitulada 'Avaliação e conscientização de estudantes do ensino médio do IFB – Campus Planaltina com relação à educação alimentar e à presença da Agricultura Familiar na alimentação escolar'.

Autorizo a participação do(a) estudante na pesquisa, sabendo que sua participação é voluntária e que ele(a) poderá desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Declaro também que compreendi que os dados coletados serão utilizados apenas para fins acadêmicos e científicos, sendo garantido o anonimato do participante.

Nome do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Data: ____ / ____ / ____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – Educação Alimentar e Agricultura Familiar na Alimentação Escolar

Pesquisa: Avaliação e conscientização de estudantes do ensino médio do Instituto Federal de Brasília – Campus Planaltina sobre educação alimentar e a presença da agricultura familiar na alimentação escolar.

Tempo estimado de resposta: 10 a 15 minutos

PARTE 1 – Perfil do participante

1. Idade: ☐ 14–15 ☐ 16–17 ☐ 18 ou mais
2. Série que está cursando: ☐ 1º ano ☐ 2º ano ☐ 3º ano
3. Você reside: ☐ Zona urbana ☐ Zona rural
4. Você ou sua família possuem alguma relação com atividade agrícola? ☐ Sim ☐ Não
5. Você costuma consumir a alimentação escolar oferecida no IFB?
☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

Escala de resposta para as próximas afirmações

1 Discordo totalmente | 2 Discordo parcialmente | 3 Nem concordo nem discordo | 4 Concordo parcialmente | 5 Concordo totalmente

PARTE 2 – Dimensão Nutricional / Biológica

Afirmação	1	2	3	4	5
A alimentação escolar contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis.					
Consumir frutas e verduras regularmente é importante para a saúde.					
A alimentação influencia o desempenho físico e intelectual dos estudantes.					
Alimentos frescos são mais saudáveis que alimentos ultraprocessados.					
Uma alimentação equilibrada ajuda na prevenção de doenças.					

PARTE 3 – Conhecimento sobre Agricultura Familiar

Afirmação	1	2	3	4	5
Conheço o que significa agricultura familiar.					
Sei que alimentos da agricultura familiar podem estar presentes na merenda escolar.					
A agricultura familiar contribui para a produção de alimentos saudáveis.					
A compra de alimentos da agricultura familiar fortalece a economia local.					

PARTE 4 – Percepção sobre a Alimentação Escolar

Afirmação	1	2	3	4	5
A merenda escolar oferecida na escola é saudável.					
A presença de alimentos frescos melhora a qualidade da merenda.					
A alimentação escolar deveria priorizar alimentos produzidos localmente.					
A merenda escolar influencia meus hábitos alimentares.					

PARTE 5 – Dimensão Social e Econômica

Afirmação	1	2	3	4	5
A compra de alimentos da agricultura familiar ajuda pequenos produtores.					
A integração entre escolas e agricultores familiares beneficia a comunidade.					
Valorizar a agricultura familiar fortalece a cultura alimentar regional.					

PARTE 6 – Educação Alimentar na Escola

Afirmção	1	2	3	4	5
A escola tem papel importante na promoção da alimentação saudável.					
As aulas podem ajudar a compreender a importância da alimentação equilibrada.					
Projetos sobre alimentação e sustentabilidade são importantes na escola.					
A educação alimentar pode ajudar os estudantes a fazer escolhas mais conscientes.					

PARTE 7 – Sustentabilidade e Meio Ambiente

Afirmção	1	2	3	4	5
Consumir alimentos produzidos localmente contribui para a sustentabilidade.					
A agricultura familiar pode ajudar na preservação ambiental.					
A alimentação escolar deveria considerar critérios ambientais.					

PARTE 8 – Questões abertas

1. Na sua opinião, o que significa alimentação saudável?

2. Você acredita que a escola poderia melhorar a alimentação oferecida aos estudantes?
Como?

3. Você considera importante que a escola utilize alimentos da agricultura familiar? Por quê?

ANEXO I – ATA DE DEFESA ASSINADA



Curso Superior de Licenciatura em Biologia

ATA DE DEFESA DO TCC

Às 13h15 do dia 28/05/2026, na sala 1 da Agroindústria do Instituto Federal de Brasília, Campus Planaltina, situado na rodovia DF 128, Km 11, Planaltina DF, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso sob a presidência da orientadora Heloisa Alves de Figueiredo Sousa e participação das examinadoras Alessandra Ferreira da Silva e Ana Paula do Carmo, para avaliar o TCC intitulado: Programa Nacional de Alimentação Escolar: percepção e conscientização de estudantes do Ensino Médio, apresentado pela discente Eliene Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Biologia. A presidência declarou instalados os trabalhos, dando início à mencionada apresentação que durou cerca de 20 minutos. Em seguida, foram realizadas as perguntas das examinadoras. Na sequência a sala foi esvaziada para que a banca deliberasse secretamente. Em seguida, todos foram convidados para voltar à sala, ocasião em que a presidência leu o resultado alcançado pela discente que é o seguinte:

MÉDIA igual a 8,5

Recomendação:

- () Aceito sem modificação
 (X) Aceito com modificação, tendo o prazo de 10 dias para entrega da versão final
 () Recusado

Nada mais havendo para ser tratado, a presidência deu por encerrados os trabalhos às 14h45, agradecendo aos presentes e lavrando esta ata, que depois de lida e aprovada, é assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo(a) discente.

Assinaturas eletrônicas (pelo gov.br) do(a) orientador(a), examinadores(as) e discente:

documento assinado digitalmente
 **HELOISA ALVES DE FIGUEIREDO SOUSA**
 Data: 28/05/2026 15:02:11 -0300
 Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA DO CARMO**
 Data: 28/05/2026 15:06:55 -0300
 Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA**
 Data: 28/05/2026 15:12:59 -0300
 Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

documento assinado digitalmente
 **ELIENE SANTOS**
 Data: 28/05/2026 15:24:59 -0300
 Verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Obs: caso o(a) discente não entregue a versão final, haverá restrições relativas à emissão de documentos por parte do registro acadêmico, tais como: declaração de conclusão de curso, histórico escolar completo, diplomas e outros documentos inerentes às informações comprobatórias de conclusão deste curso.